



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Costa e Silva, Alberto da

A memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, com relação privativa ao reino da guiné, e nele com respeito ao rei de Daomé, de Luís Antônio de Oliveira Mendes

Afro-Ásia, núm. 28, 2002, pp. 253-292

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002809>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**A MEMÓRIA HISTÓRICA
SOBRE OS COSTUMES PARTICULARES
DOS POVOS AFRICANOS,
COM RELAÇÃO PRIVATIVA AO REINO DA GUINÉ,
E NELE COM RESPEITO AO REI DE DAOMÉ,
DE LUÍS ANTÔNIO DE OLIVEIRA MENDES**

*Alberto da Costa e Silva**

Foi a historiadora Mary del Priore quem me deu a conhecer, na transcrição que, do manuscrito existente no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (DL 310,79), fizeram dois jovens da área de História da UERJ, Flávia M. Cezar da Cunha e Luís Edmundo Tavares Jr., sob a orientação da Professora Regina Wanderley, esta *Memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, com relação privativa ao reino de Guiné, e nele com respeito ao rei de Daomé*, recitada, em 23 de maio de 1806, na Academia Real das Ciências de Lisboa.

O seu autor, Luís Antônio de Oliveira Mendes, é nosso velho conhecido. Dele lemos um dos mais vivos testemunhos sobre a brutalidade do tráfico negreiro: o seu trabalho, também apresentado à Academia das Ciências, em 12 de maio de 1793, inserto no tomo IV das *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências*, de 1812, e reproduzido, a partir de novembro do ano seguinte, em diferentes números do *Investigador Português* em Inglaterra. Esse texto foi republicado, em nossos

* Historiador e presidente da Academia Brasileira de Letras

dias, primeiro, como anexo à obra *As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos da costa africana para o norte brasileiro*, de Antônio Carreira, e, depois, em forma de livro, com o título *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brasil*, com um ensaio introdutório de José Capela.¹

Também desta *Memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos* tínhamos notícia. No tomo V de seu *Dicionário bibliográfico português*, Inocêncio Francisco da Silva menciona, entre os escritos de Oliveira Mendes, uma *Memória sobre os costumes dos povos africanos*, e Sacramento Blake, no seu *Dicionário bibliográfico brasileiro*, uma *Memória sobre os costumes dos povos africanos com restrição ao reino do Daomé*.² Ambos têm por certo não haver sido ela jamais publicada, e Inocêncio parece convencido de que se perdera, com muitas outras do mesmo autor, após a morte deste.

Luís Antônio de Oliveira Mendes nasceu em Salvador, na Bahia, em 1748 e faleceu após 1817.³ Formou-se em leis, em 1777, na Universidade de Coimbra, onde também cursou Filosofia e Medicina ou História e Química.⁴ Foi, durante alguns anos, advogado da Casa de Suplicação em Lisboa, da Nunciatura Apostólica e Câmara Eclesiástica. Inventou várias máquinas, como bombas d'água, uma semeadora e uma escada que se expandia e contraía, para socorros nos incêndios, e descreveu-as em duas obras que conhecemos impressas, *Memória analítico-demonstrativa da máquina de dilatação e contração e Tentativas, ou Ensaios, em que tem entrado o autor da máquina de dilatação e de contração, e*

¹ Antônio Carreira, *As companhias pombalinas do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, 2^a edição, revista e ampliada, Lisboa, Editorial Presença, 1983; idem, *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brasil*, Porto, Publicações Escorpião, 1977.

² Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário bibliográfico português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 219; Sacramento Blake, *Dicionário bibliográfico brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899, vol. V, p. 356.

³ Conforme Rubens Borba de Moraes, *Bibliographia Brasiliana: Rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works by Brazilian authors of the Colonial period*, ed. revista e ampliada, Los Angeles/Rio de Janeiro, UCLA Latin American Center Publications/University of California, Livraria Kosmos Editora, 1983, verbete “Mendes, Luiz Antônio de Oliveira”. De 1817 data o *Elogio histórico em estilo didático ao comércio da Bahia e ao Exmo. Sr. Conde dos Arcos*, por ocasião de colocar-se seu retrato na praça do comércio. Inocêncio assevera que Oliveira Mendes passou a sócio livre da Academia Real das Ciências de Lisboa em 1824.

⁴ Segundo Inocêncio, *Dicionário*, p. 218, e conforme Blake, *Dicionário*, p. 354, respectivamente.

da memória analítico-descritiva dela (ambas de 1792). Além disso, descobriu uma mina de ferro nas margens do Mondego e outra, de ocra, nas vizinhanças da vila de Góes. Poeta, historiador, jurista e homem de ciência, foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, onde apresentou muitos de seus trabalhos, sobre os temas mais variados, como era a norma entre os homens de erudição de seu tempo. Tendo passado a maior parte da vida em Portugal, regressou ao Brasil em data que se ignora.

Dele, Inocêncio enumera 31 obras, pouquíssimas publicadas, e as demais, inéditas e inacabadas; Sacramento Blake, 42. Em ambas as listas figuram poemas e dramas épicos, um Índice cronológico das leis, uma *Memória sobre a criação de carneiros em Portugal para que deles se possa extrair a lã tão fina e de fio tão comprido como a da Espanha e Berberia*, e outra *Memória sobre a melhoria dos carros, com estampa, dando-se uma nova forma a eles e de modo a pararem nos planos inclinados sem retrocesso, tudo por efeito de uma simples máquina*, além de três trabalhos cujo paradeiro se desconhece, mas muito prometem: um *Dicionário da língua africana com restrição ao reino de Daomé* (do qual só teria concluído a letra A), uma *Descrição econômica da comarca e cidade da Bahia, a qual se termina com a tábua calculada das diversas espécie de seus habitantes*, e uma *Descrição da capitania de Moçambique, suas povoações e produções*.

Esta *Memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos*, que, na realidade, é uma coleção de informações sobre o Daomé, parece-me um documento precioso, até porque é um dos poucos que temos a respeito daquele país na última década do século XVIII. Oliveira Mendes conta-nos que o escreveu baseado nas lembranças do que lhe contaram, na infância, escravos fons e no que recolheu de um certo Francisco Leite, natural daquele país, dos embaixadores daomeanos enviados a Salvador e a Lisboa, em 1795, pelo rei Agonglo, do capitão Luís Caetano da Assumpção, que os acompanhou e era intérprete do *dadá* ou rei do Daomé, de um ex-capelão da fortaleza de São Batista de Ajudá, de nome Scalona, e do capitão José Joaquim das Neves, que nela servira como almoxarife. Nada sei dos demais, porém Luís Caetano era um escravo mulato, que fugira de seu dono, o diretor da fortaleza de São João Batista, e se pusera sob a proteção do rei do Daomé. Acompanhou

na vinda os embaixadores daomeanos, mas não na volta, por ter caído de uma janela, em Salvador, e quebrado as pernas.⁵ Tenho que os enviados daomeanos com quem Oliveira Mendes privou seriam esses de 1795, mas não se pode excluir que seus informantes tenham sido os que mandou, em 1805, Adandozan, nem tampouco que se tenha valido de uns e de outros. Como, porém, Oliveira Mendes não menciona o intérprete que acompanhou a segunda embaixada, aquele Inocêncio Marques de Santa Ana que tanta boa impressão causou às autoridades portuguesas,⁶ inclino-me a pensar que lidou apenas com os emissários de 1795.

Os informantes sabiam do que falavam, e o interlocutor tinha bons ouvidos. Não destoava, portanto, de seus contemporâneos que se atreviam a escrever sobre terras que não as deles. Estes, porém, não apenas ouviam com atenção e interesse. Havia estado nessas terras e, apesar de terem as pálpebras pesadas de preconceito, sabiam vê-las e transformar em palavras o que viam. Oliveira Mendes teve em relação a eles uma grande desvantagem: jamais pôs os pés no Daomé. Contou, portanto, o que lhe contaram. E bem, ainda que de forma aqui e ali bastante rasa, quando confrontamos o seu relato com os daqueles que estiveram ou viveram em solo daomeano, como, por exemplo, William Snelgrave, John Atkins, William Smith, Robert Norris, Archibald Dalzel, Vicente Ferreira Pires, John M'Leod, Thomas Birch Freeman, A. Brue, John Duncan, Frederick E. Forbes, Richard Burton e J. A. Skertchy.⁷ O seu

⁵ Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*, trad. de Tasso Gadzanis, São Paulo, Editora Corrupio, 1987, p. 234, 265 e 271.

⁶ Verger, *Fluxo e refluxo*, p. 271-275.

⁷ William Snelgrave, *A New Account of Some Parts of Guinea and the Slave Trade*, Londres, Frank Cass, 1971 [1^a ed., 1734]; John Atkins, *A Voyage to Guinea, Brasil and the West Indies*, Londres, Frank Cass, 1970 [1^a ed., 1735]; William Smith, *A New Voyage to Guinea*, Londres, Frank Cass, 1967 [1^a ed., 1744]; Robert Norris, *Memoirs of the Reign of Bossa Ahadee, King of Dahomy, an Inland Country of Guinea*, Londres, Frank Cass, 1968 [1^a ed., 1789]; Archibald Dalzel, *The History of Dahomy, an Inland Kingdom of Africa, compiled from authentic memoirs*, 2^a ed., com introd. de J. D. Fage, Londres, Frank Cass, 1967 [1^a ed., 1793]; Clado Ribeiro de Lessa, *Crônica de uma Embaixada Luso-Brasileira à Costa d'África em fins do século XVIII, incluindo o texto da Viagem de África em o Reino de Dahomé escrita pelo Padre Vicente Ferreira Pires no ano de 1800 e até o presente inédita*, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasiliiana), 1957; John M'Leod, *A Voyage to Africa with Some Account of the Manners and Customs of the Dahomean People*, Londres, Frank Cass, 1971 [1^a ed., 1820]; Thomas Birch Freeman, *Journal of Various Visits to the Kingdoms of Ashanti, Aku & Dahomi*, 3^a ed., com introd. por Harrison M. Wright, Londres, Frank Cass, 1968 [1^a ed., 1844]; A. de Brue, "Voyage fait en 1843 dans le royaume du Dahomey",

texto apresenta, contudo, um interesse particular, porque nos revela como um brasileiro podia visualizar a África sem nela nunca ter estado e como os africanos guardavam, no desterro, a memória de seus pagos, pois Oliveira Mendes muito se louvou nas lembranças do que ouviu, na meninice, de escravos fons e nas lições daquele Francisco Leite, um daomeano que vivia em Lisboa.

O início da *Memória* não é auspicioso. Após discorrer sobre a barbárie dos africanos e a hipocrisia dos europeus que os escravizavam, e de dar como provada a antropofagia dos súditos do monomotapa, Oliveira Mendes entoa uma verdadeira modinha do mazombo doido: faz a designação da fortaleza de São João Batista de Ajudá derivar do nome do rei D. João II, transforma a sua capela, na maior parte do tempo sem padre, numa pedra angular da propagação da fé cristã, junta o navegador Diogo Cão a Diogo de Azambuja e apresenta como resultado das negociações com o *caramansa* (o rei ou um chefe vassalo do rei de Comenda), não a construção do forte de São Jorge da Mina, na Costa do Ouro, mas a fundação de Luanda, em cujo nome inclui como santo protetor São Sebastião em vez de São Paulo.⁸ Ressalta, contudo, que aquela parte do golfo da Guiné e suas áreas adjacentes eram das mais povoadas da África e que então predominavam na costa, frente a Glehue (que escreve Grougue),⁹ os barcos de bandeira portuguesa, o que era rigorosamente verdade, e faz uma crítica severa, pouco comum no Portugal e

Revue coloniale, nº 7 (1845); John Duncan, *Travels in Western Africa in 1845 & 1846, Comprising a Journey from Whydah, through the Kingdom of Dahomey, to Adofoodia, in the Interior*, Londres / Nova York, Johnson Reprint Corporation / Richard Bentley, 1967, [1^a ed., 1847]; Frederick E. Forbes, *Dahomey and the Dahomans*, Londres, Frank Cass, 1966 [1^a ed., 1851]; Richard Burton, *A Mission to Gelele, King of Dahome*, com introd. e notas de C. W. Newbury, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1966 [1^a ed., 1864]; J. A. Skertchy, *Dahomey as It Is; Being a Narrative of Eight Months' Residence in That Country, with a Full Account of the Notorious Annual Customs, and the Social and Religious Institutions of the Ffons*, Londres, s/ed, 1874.

⁸ Ver o relato dessas negociações, em 1482, entre Azambuja e o *caramansa*, em Rui de Pina, *Crônica del-Rei D. João II*, ed. org. por Alberto Martins de Carvalho, Coimbra, Livraria Atlântida, 1950 (obra escrita no reinado de D. Manuel I), cap. 2; e em João de Barros, *Ásia: primeira década*, ed. org. por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, livro III, cap. I. Para uma visão contemporânea, Alberto da Costa e Silva, *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/ Nova Fronteira, 2002, pp. 210-212.

⁹ Glehue, Glehué, Gléhoué, Gléwhé, Glewe, Grégoué, Grigwe ou Gregoy, mais conhecida pelos estrangeiros como Ajudá, Ajuda, Uidá, Juda, Judá, Ouidah, Whydah ou Fida.

no Brasil de seu tempo, ao tráfico de escravos. A partir daí, o texto vai reproduzir, em geral com bom entendimento, o que lhe disseram seus informantes. E vale a pena acompanhá-lo.

É difícil fazê-lo no manuscrito existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, porque se encontra muito deteriorado. São 45 páginas não numeradas, de 15,2cm por 21cm, cobertas por uma letra pequena, disciplinada e bonita, de bom calígrafo, mas que estão, muitas delas, a esfarelar-se. A ação corrosiva da tinta tornou-se mais acentuada, por se haver escrito nos dois lados do papel. De quatro folhas, as correspondentes às páginas 9 a 16 do manuscrito, pouco resta; de algumas delas, só as bordas. Felizmente, antes de se desmancharem, o seu texto ainda pôde ser copiado por Flávia M. Cezar da Cunha e Luís Edmundo Tavares Jr.

Eis a *Memória*. Nela marquei com colchetes as palavras ou partes do texto que já haviam desaparecido, quando da leitura de Flávia M. Cezar da Cunha e Luís Edmundo Tavares Jr., bem como aquelas que nem eles nem eu, ao confrontar com o original a transcrição que fizeram, conseguimos ler com a presunção de acerto. Modernizei a ortografia e a pontuação. Mantive, porém, em muitos casos, a grafia original de topônimos, etnônimos, antropônimos e palavras africanas, indicando também entre colchetes como as entendi. Marquei cada início de página do manuscrito com duas linhas inclinadas (//) e a numerei. As notas de Oliveira Mendes, que eram alfabéticas e descontínuas, foram, para facilidade de paginação do texto e sua leitura, transformadas em numéricas e contínuas. Elas são independentes das notas que acompanham tanto esta introdução quanto os comentários que, após a *Memória*, teço sobre alguns de seus temas.

Memória histórica sobre os costumes particulares dos Povos Africanos, com relação privativa ao Reino de Guiné, e nele com respeito ao Rei de Daomé.

Conforme transcrição de Flávia M. Cezar da Cunha e Luís Edmundo Tavares Jr.

África, essa terceira parte do Globo Terrestre, sendo da mesma idade que as outras, à exceção do Novo Mundo, tendo por princípio o ângulo do Cabo Tormentoso, a quem Camões por vezes nos Lusíadas

figura Adamastor, aí banhada pelo Oceano Meridional, compreendendo em si as diversas e dilatadas regiões da Cafraria, de Guiné, da Etiópia, que do leste se banha pelo oceano Atlântico, e do oeste pelo mar das Índias; compreendendo igualmente Arábia Deserta, Marrocos, que forma outro ângulo, Argel, Túnis, Termessim [Tremecém ou Tlemcén] no seio Mediterrâneo, que na Mauritânia e estreito Guaditano [Gaditano] se [.....] ter por faces as Colunas Hercúleas, terminada no ângulo do Egito⁽¹⁾, que por uma parte se lava pelo mesmo Mediterrâneo, e por outra pelo mar Roxo; esse gran // p. 2 // de e espaçoso continente, que tudo isto e outros muito mais reinos e povoações em si abrange e compreende; essa terceira parte do Mundo; essa mesma África digo que contém tão multiplicadas dominações, sem que me esqueça dos Cipiões, dos Alexandres e de outros heróis distintos e qualificados pelos esforços, letras e virtudes, a considero mais desgraçada do que todas as outras, porque desde a sua origem até hoje, medindo séculos da sua existência, sem melhoria alguma, se tem conservado na sua mesma incultura e impolidez.

Não sei bem se tamanhos descuidos se davam às irreflexões dos iluminados, se aos desconhecimentos, se às maldições do infeliz Chaim [Cam], se à insensibilidade, se à falta de aplicação dos meios, se à positiva e entranhada aversão que injustamente lhe temos, sem nos haver ofendido, debaixo de uns prejuízos comuns e inveterados, de que esses rudes povos, nossos semelhantes, no total afaste com erro manifesto, se considerem, com injúria dos humanos sentimentos, ser de outra espécie e natureza, quando não são?

Seja qual quer que for o princípio desconhecido, ou ainda todos sobreditos apostados contra eles, para que os faça tanto mais infelizes, como temos a certeza, derivada do histórico em comum e, em particular, confirmada pela evidência, a que se não resiste, de que vivem em um manifesto e // p. 3 // comprovado atrasamento, submersidos em tudo que seja infelicidade e infortúnios, degradados até das primeiras idéias, que possam ser concernentes aos fins da sua desejada prosperi-

⁽¹⁾ A maior parte dos Geógrafos diz que a África sustenta em si, e descreve na sua configuração a forma de um perfeito triângulo.

dade, tanto basta e superabunda, para no estado da compaixão entrar nos estímulos de os socorrer um pensar filosófico.

No epílogo de uma breve e curta Memória não cabe, com excesso do intento, recopilar-se na universalidade e, muito menos, na particularidade todos costumes de tão diferentes povos, que chegam a constituir diversas e estranhas nações e, por consequência, muitos reinos e multiplicadas dominações.

Quanto ao geral desses mesmos costumes, dispensando-me de transcritor, que mais onera do que enriquece o Reino das Letras, escapando de difuso, me remeto a tudo que se acha escrito a este respeito.

Quanto ao particular, me restringirei tão somente aos costumes de uma certa região e província, a qual é a de Guiné, com relação privativa ao reino Daomé, para concluirmos por combinação que, sendo ele, entre outros, o mais culto e polido, achando-se contaminado da barbaridade, da impolidez e da incultura, quanta não será maior e extraordinária a dos outros reinos que se entranham na mesma África, cujas condições, por desabridas, parecem exceder // p. 4 // as de todos outros viventes, que são incultos?

Quando solto estas afirmativas, com as que pareço ultrajar a humanidade, é por ser constante e tradicionário que os inumanos povos do Manopatá [Monomotapa], na Cafraria, se nutrem com a carne dos indivíduos da sua mesma espécie, o que se não verifica em nenhum outros povos, nem mesmo na classe dos animais, que com repugnância natural de tanto se afastam.

Quando, prosseguindo no intento, afirmo que os povos de Guiné na África, com restrição ao reino de Daomé, são mais civilizados no seu tanto do que os outros, é porque me lembro do que todos confirmam, que atenta a sua população, e toda mais adjacente, é a parte mais povoadas daquele continente.

É porque tendo a certeza topográfica de que aquele rei vivendo, na distância de 30 léguas afastado da costa do mar, dilatando seus domínios pela terra dentro, alargando-se proporcionalmente, confinando com o rei do Porto Novo e com outros mais, descendo, vem terminar-se em Grougue [Glehue] e em mais partes com a mesma costa // p. 5 // marítima.

É finalmente porque àquela baía de Guiné, nas monções benignas, vão ter embarcações das nações do norte a fazer negócios e, em maior número, as da Nação portuguesa, para com a escravatura transportada ir fornecer suas Américas.

Aqui no preliminar e introdutivo, com envolvência histórica dos seus costumes, tem lugar duas reflexões: 1^a, que todas as nações de comum acordo, como se envergonham meter em comércio a espécie humana, enganando-se a si mesmas, e não a todos, se despacham, afirmindo que vão tratar do resgate dos homens pretos, quando, aliás, de longe promovendo e autorizando a tirana escravidão, os vão fazer cativos pela facilidade do pronto transporte ou, pelo menos eterna e perpetuamente, indo de propósito, e não a outro fim, buscá-los com grande risco daquela bravia e desabrida costa, até com competência entremes com que favorecem e prosperam a guerra e a hostilidade intestina, que tanto se esmera nesta aquisição, contando-se com os infalíveis compradores de escravos.

Segunda, com alguma mais descrição, // p. 6 // indicativa dos mesmos fins a que se proponham, dizem e ingenuamente confessam que vão fazer escravos, como se os homens pretos já não nascessem feitos, e, se vão de tanta distância ali fazer escravos, desgraça é deles lá ir ter tais nações civilizadas!

Como pois os nossos dignos soberanos se denominam Senhores de Guiné, da Etiópia e da Arábia, o que teve origem em o senhor rei d. João II, pelos anos de 1485, e naquela costa tem o castelo com o mesmo nome derivado daquele rei, de S. João de Ajudá, e dentro dele existe a igreja e freguesia, que, sendo sufragária ao Arcebispado da Bahia, aí se cumpre com os deveres da cristandade, havendo esta pedra angular para a propagação da fé, e no mesmo castelo tem diretor e almoxarife para receberem os direitos da escravatura transportada, sendo o maior número de navios que ali aportam portugueses, parece que esta nação mais perfeitamente do que nenhuma outra se incumbe dispor a sua prosperidade, no que se não tem prosseguido com renúncia de meios, com preterição e estragação de outros, sobre os que me não compete discorrer, contentando-me, no histórico, remeter-me a Diogo de Azambuja e a Diogo Cão, que nos primeiros tempos se souberam insinuar com o rei de

Coraman // p. 7 // ça [Caramansa], do que resultou a fundação da cidade de S. Sebastião de Oloanda [Luanda], no reino de Angola.

Para minorar a nossa inércia e pôr em agitação os nossos ofícios piedosos para com eles, a bem da humanidade, até que acordem uns deveres solícitos a bem da ilustração daqueles povos, em breve quadro para que sejam excitados nossos afetos, com a fidelidade precisa, sem que se metam cores que realcem, se vai desenhar seus bárbaros costumes.

Os povos africanos com restrição ao reino de Daomé, vivendo no paganismo, adoram [e têm por] principal deus uma Cobra Grande, esta diferente de todas outras, e isto porque na origem da sua supertição, como é tradicionário, viram essa grande cobra com certa altura na cabeça, persuadindo-se que era rei ou rainha das cobras, porque a viam coroada e, não tendo visto jamais outra igual, lhe entraram a render as primeiras adorações, no que ainda hoje se conservam.

O templo, em que esta grande cobra em simulacro é adorada e onde lhe fazem os maiores ofícios é o maior de todos os templos e se chama templo de Dabai, isto é templo da Cobra Grande e da Cobra Coroada. // p. 8 //

Além deste deus adoram outros, como é a lua, e com tanto respeito, crença e veneração, que, quando é nova, a vão esperar sobre os montes e em toda e qualquer parte e, sendo vista, lhe fazem muitos festins, já com cantilena, danças, palmas, assovios, e toques de instrumentos,⁽²⁾ já com tiros, banquetes e bebidas, e tanto assim, que contam os meses, os anos e as suas idades pelas luas.

Tributam uma espécie de respeito e de adoração às onças, e entre eles é crime o matar uma delas.⁽³⁾ // p. 9 //

⁽²⁾ *Posto que os instrumentos de que usam os pretos africanos nos seus festins sejam muitos e diversos, contudo os principais e mais vulgares são os assovios, ou estes sejam feitos de cana, de pau e de qualquer metal, ou metendo os dedos na boca e comprimindo os lábios; também usam os estalos com a boca, ao que lhe chamam muxoxos; usam do canzá, dos berimbaus, da marimba, do pandeiro, do atabaque, dos tambores e dos muitos guizos, com que vestem as pulseiras, os braços, o pescoço, o cinto, e calçam as pernas.*

⁽³⁾ *Como os homens pretos africanos respeitam e têm por um dos seus deuses de inferior ordem, como abaixo se dirá, o valor, o esforço, a valentia, a ferocidade e tudo que é exposição, o que se verifica nas onças e nos tigres, vendo isto trocado em brandura para eles com disposição da sua natural ferocidade, por isso os [têm] por seus deuses, posto que subalternos.*

A causa da sua crença provém que, sendo as onças e os tigres uns animais por sua natureza ferozes e bravios, uma vez que são afagados e saudados de longe por muitos com freqüência, lhes correspondem, acenando-lhes com a cauda, sem alcançarem que, desta continuação por muitos praticada, resulta estarem de algum modo mansos, o que melhor conseguem pelo socorro de muito alimento, que lhe prestam, razão por que, achando-se fartos e afagados, deixam de ser vorazes, o que se não já nos sertões e nos descampados.⁽⁴⁾

Têm e respeitam por uns deuses subalternos e inferiores outras muitas causas, como são o amor, o ódio, a antipatia, a simpatia, a sede, a fome, o fogo, porque queima e consome, a doença, porque dela se morre, a peste, porque mata e grassa, o contágio, porque lavra e se dilata o mal, a força, porque pode muito, o valor, porque vence, o medo e a covardia, por trazer fraqueza, tendo para si que só um movimento superior, interno, respeitado e não conhecido pode reger e dar um constante tom a tudo isto.

Como aqueles povos são muito supersticiosos e dotados de suma crença, na força e no curso de suas luzes, sem que se possa referir, bastará que em comum se diga cada um nosso particular, além do que fica dito, tem a afeição, credulidade, amor e respeito a uma certa causa a que lhe chamam feitiço, com tanta firmeza e tenacidade, que adoram como um dos seus deuses subalternos e domésticos, à imitação dos deuses penates entre os romanos.

Chega a tal ponto de sublimidade esta particular crença e pia afeição, que vêm a ser tantos feitiços quantos os homens pretos; porém como [.....] excedem aqueles e os feitiços seus familiares, daqui se segue, que chegam a constituir uma espécie de seita,] fica [.....] sendo

⁽⁴⁾ Os pretos africanos são tão boçais e tão rudes, que adotam uma crença com respeito às onças, firmados em uns princípios contrários aos que eles mesmos vêm praticando; porque, se eles fossem capazes de entrar em combinações, observariam contra a sua mesma crença, que sucedendo falecer algum indivíduo, a quem eles negam sepultura, e com quem têm alguma espécie de zanga, como por exemplo os corcundas, persuadindo-se de que, sendo enterrados, lhes sobrevém uma praga de ratos, que lhe comem e roem tudo, cujos ratos do mato são chamados saruês, o vão por sobre uma pedra nos bosques donde as onças e os tigres o levam e o vão comer, e tem semelhante fato por uma espécie desses entregue à ira e à indignação dos deuses menores, que deste modo neles se vingam, o que outro tanto se verifica em qualquer outro defeituoso, temendo-se diversas pragas que lhes venha perseguir e mal fazer.

transcendente, e hereditária d[.....] // p. 11 // a família, com acréscimo tão somente do que cada um quer e mais crê, segundo a sua particular afeição e firme credulidade.

Os africanos, entregues à crença de tudo isto, fazem uma bolsa, à imitação de um breve, que trazem consigo, aonde depositam certas cousas⁽⁵⁾ da sua invenção e umas relíquias do quanto mais crêem, ao que lhe chamam patuá ou bolsa de mandinga.⁽⁶⁾ // p. 12 //

Rendem-lhe na crença um tal respeito, que se reputam e se persuadem felizes, munidos com ele; consideram-se que não podem ser picados pelas cobras e por nenhum outro animal venenoso e que tal acontecendo, tanto lhes não faz mal.

Que em seu corpo não tem entrada cousa alguma nociva, o veneno, a bala, o ferro, o fogo e o raio, e se acaso este [.....] e preservativo, no descuido, fica nas casas de suas moradias, reputando-se infelizes e desgraçados, apressados o vão tomar, e quando alguma destas cousas produz o seu natural efeito, morrem na crença muito satisfeitos, e conformes, tendo para si, que tanto assim quisera e fora do agrado [.....] seu particular feitiço, ao que também [chamam?] calundu.

Portam-se tão constantes nesta crença, que mais antes querem morrer do que consentirem que por força lhes seja tirado o patuá, ou bolsa de mandinga.

Da nímia credulidade e diversidade de tanta seita, insurge a outra que, desacreditando, mete tudo na maior confusão, que vem a

⁽⁵⁾ *Sendo muito variável o modo com que os africanos ordenam o seu patuá e bolsa de mandinga, para este fim se valem de infinitas manduzagens [?], de tudo quanto lhes vem à imaginação: nele fazem meter diversas qualidades de cabelos, certos dentes e bicos de animais e de aves, alfinetes, pontas de lancetas, penas e entranhas secas das mesmas aves, e as unhas delas, a pele e o cascavel de diversas cobras e outras muitas cousas, dando a tudo isto certa virtude, que certamente não tem.*

⁽⁶⁾ *A este abuso ou crença estando firmes, uns dizem que esse nome [.....] e da nossa seita fora derivado de um homem preto, sacerdote africano, que tendo esse nome, ou apelido fora o primeiro inventor de tal manduzagem [?], abuso, seita e crença; outros por [.....] vendo a variedade e incerteza neste ponto histórico, [...] afirmam que deriva a sua etimologia e nome de uma província africana, bem conhecida, denominada e chamada Mandinga, aonde se inventara e primeiro se usara de tal cousa, donde se propagara por toda África; porém não devemos fazer questão do nome, bastando-nos saber, que com espírito de tal juízo, tanto se pratica, ainda hoje dura e existe.*

[.....] diferem prontos em crer que há contra-feitiço e remédios contrários e eficazes, para que o feitiço não prevaleça e cause o premeditado efeito. // p. 13 //

Assentam firmemente que há feitiço⁽⁷⁾ para fazer mal, que há outro feitiço oposto, ou contra-feitiço,⁽⁸⁾ para que o mal não prevaleça, não possa ir avante e não produza o seu natural efeito; que há feitiço para amor e contra-feitiço para aborrecer; que água é contra-feitiço do fogo, porque o apaga, e da sede, porque a mata e extingue; que o comer é contra o feitiço da fome, porque a farta; e, por via de regra, sem mais amplificações, aos efeitos de uma causa natural dão o nome de feitiço, e aos efeitos das causas opostas e negativas lhe dão o nome de contra-feitiço.

Além desse templo maior há outros muitos, // 14 // e entre estes mesmos um que é só privativo para a circuncisão, que é o seu batismo: ao arbítrio de cada fica tomar a alcunha ou apelido que bem lhes parece, o que lhe fica servindo como de nome.

O dia destinado para os seus ofícios religionários, a exceção das festividades maiores e extraordinárias, que sempre determina o rei, é o de quarta feira, talvez porque o gentilismo o tivesse consagrado ao deus Mercúrio, que na sua vara tinha duas cobras enlaçadas.

Entre eles há um primeiro [.....], que só se emprega nas festividades maiores e extraordinárias, o qual vive na contigüidade do rei, para ser ouvido em todas suas deliberações, porque milita a superstição de que, sendo um oráculo dos falsos deuses, deles não se pode provir senão acertos.

⁽⁷⁾ Feitiço têm os pretos africanos por uma força e movimento interno que os obriga a fazer uma certa cousa, quer eles queiram ou não queiram convir nela, a que tributam grande respeito, e porque esta seja a sua crença, para que tanto obtenham em dano e prejuízo de outro, para fazer sujeitar uma paixão, que persiga, e tiraniza a terceiro, inventam que há certos remédios para tanto se obter, e entregando-se a isto, se entregam também a um sem número de manduzagens [?] e de inventos, ao que rigorosamente lhe chamam feitiço, ou calundu.

⁽⁸⁾ Contra-feitiço eles têm por tudo aquilo que é oposto e contrário ao feitiço, e também se propõem a fazer remédios para isto mesmo, militando outros tantos abusos e manduzagens [?], de sorte que bem se pode dizer que há uma seita de feitiços e outra de contra-feitiços, em tal extremo que, quando cada um não se atreve a propagar esta seita, costumam tomar mestres, ao que lhes chamam feiticeiros, e tanto a um como a outra promiscuamente lhe chamam calundu. Ela se fez tão vulgar, e chegou a propagar de tal modo que [.....] tou e contamou a Europa, porque na [.....] do Liv. 5 tit. 13 vemos penas impostas aos [feitic]eiros.

Este sumo sacerdote tem um vestuário mais rico e de diversa cor de todos os outros, e demais tem um pano solto, muito comprido, que, servindo-lhe de capa, cobre todo seu traje⁽⁹⁾, do qual também usa o rei, que unicamente // p. 15 // anda calçado com uma espécie de alparca ou de chinelo.⁽¹⁰⁾

Há infinitos sacerdotes menores, que [.....] têm, para serem conhecidos de uma especial de batina muito justa e ligeira de zuarte⁽¹¹⁾ azul: os que se ocupam, nas mesquitas ou pagodes, em explicar os seus ritos, cerimônias, crença e superstição, atenção, veneração e força que em si tenha o feitiço particular de cada um e todos dos seus deuses.

Esses Sacerdotes, a quem eles chamam vuduns⁽¹²⁾ [voduns], recebem em suas casas, com freqüência e prontidão, todos aqueles que se querem confessar e instruir nos dogmas da sua falsa religião, e ali ficam detidos cada um sustentados a sua seita. // p. 16 //

Há tempo certo em que são recebidos para este fim, assim como de se retirarem, e quando saem há um grande festim [.....] eles [.....]do-se que se acham divinizados e na graça dos falsos deuses, e saindo um desse ministério, se recebem segundo querem e se determinam outros em ordem sucessiva.

Os seus sacrifícios e festividades são celebrados com morte de animais e de gado de todas qualidades, e quanto maior seja a mortandade, maior é o sacrifício e a festividade.

Em cada um ano impreverivelmente há uma grande festividade, que, excedendo a todas as outras, em o dia que o rei e o primeiro sacerdote determinam.

⁽⁹⁾ A[.....] capa solta e rica lhe chamam gambarra, [.....] pano comprido e solto também usam alguns d[os feiticeiros ou fidalgos, por graça especial do rei, ainda que sem riqueza, para haver diferença.

⁽¹⁰⁾ Só o rei anda calçado por superioridade, e os mais todos andam descalços, não só para manifestarem diferença, mas também a vassalagem, a submissão, o abatimento e o respeito.

⁽¹¹⁾ Zuarte é uma fazenda [produ]zida na Ásia de algodão, de fio muito grosso, a qual sendo branca a fazem tingir de azul, e lhe chamam fazenda de preto, porque na África é que tem sua maior extração; também chamam e denominam fazenda de preto o cadiais, que também é de algodão de fio muito grosso pintada de azul, só com a diferença que tem algumas riscas e pancadas de diversa cor.

⁽¹²⁾ Vundum é um nome genérico, que quer dizer no seu comum [.....] distintamente, e [.....]jendo-se para o especificar [.....] ou [.....] se supõe que [.....].

Nela se observa a alternativa de que, em um ano, o sacrifício se celebra com a morte de muito gado e, no seguinte, com a morte de gente humana; o que chega a 300 pessoas, e nesta [.....] entram os cativos na guerra que foram mais rebeldes e esforçados, e aqueles outros do mesmo reino que, por velhos e impossibilitados, já não podem ir à guerra, vindo a ser por tudo isto sacrificados aos deuses.

Serve de pena de aparato ao rei, que vai a esta [.....] levarem certas [.....] as cabeças daqueles que, morrendo na guerra,⁽¹³⁾ mais se distinguiram, indo-as receber no palácio do rei, aonde se acham depositadas, mostrando com este fato, que conserva deles memória e que, sendo inseparáveis do rei, se consideram vivos ainda, para irem assistir deste modo àquela festividade, e as mulheres escolhidas e nomeadas para este fim, recebem nisto mesmo grande honra.

Esta tão grande festividade não consiste só no sacrifício de tamanha mortandade, mas também em se comer e beber muito à custa do rei, o que se faz no palácio de Bomé [Abomé ou Abomei] e nos seus contornos, aonde o rei, dando uma espécie de jantar público, já tem prevenido que os governadores e cabeceiras, ou fidalgos, repartam a comida e a bebida com todo povo, que de longe ali concorre, o que se dá a granel, tudo para que, alegres e espiritualizados, mais furiosamente se entreguem àquele festim, cantando, tocando e dançando.⁽¹⁴⁾ // p. 17 //

⁽¹³⁾ Quando as cabeças dos falecidos na guerra são conservadas de pouco tempo, as mulheres, que as conduzem, e todos suportam aquele mau cheiro, enfatizados, por um mero capricho e espécie de sacrifício feito à imortalidade daqueles que contam no número dos seus heróis.

⁽¹⁴⁾ A principal bebida dos pretos africanos é a aguardente, com que lhes fornece todo Brasil, o que para a Costa da África tem grande consumo e extração, sendo um dos principais gêneros para o negócio, permutação e resgate de escravos, e tanto assim, que fabricam de diversas qualidades, compreendidas debaixo do nome vulgar de cachaça; porém deve saber-se, que há aguardente de cana, que é a melhor, e aquela que se fabrica da pura água e calda de cana, deixando-o azedar, e esta a mais cara de todas, e por isso para aquela Costa nunca é mandada com abundância, à exceção de algumas frasqueiras, e só para Portugal em pipas. Há aguardente de cabeça, que é a 1^a destilação, extraída da garapa do mel azedada, e fermentada; há aguardente da terra, que vem a ser a segunda destilação extraída e por isso já é mais inferior; há aguardente fraca, que vem a ser a 3^a destilação, porém, redestilada, se torna forte, e os pretos promiscuamente a bebem, sem maior escolha e diferença, e deste gênero bem se pode dizer, que há de três classes, ou da 1^a, 2^a, e 3^a forte, segundo elas têm maior ou menor preço, sem que seja excessivo. Os pretos africanos, chegando ao Brasil, muito se entregam a esta bebida, cometendo excesso, e se arruínam e morrem hidrópicos.

Cada um dos cabeceiras, isto é, cada um dos fidalgos e ricos brindam o rei com quanto mais possam, mandando-lhe búzio, dinheiro provincial, ancoretas de aguardente, rolos de tabaco, peças de seda e outras muitas cousas, o que o rei faz publicar na mesma festividade, por uma espécie de gratidão e de honra que lhes confere, o que nunca sendo bastante, o rei concorre e supre com tudo mais que falta, não só para esta festividade, mas também para todas as mais.

A maior grandeza desta festividade consiste em o rei chegar nos espaços da tarde à varanda do palácio de Bomé, donde faz lançar por vezes grande quantidade de búzio, ou zimbo, seu dinheiro provincial, e se diverte em o ver apanhar com grande tumulto, alvoroço, bulhas, lutas e contendas, agitadas pelo povo, que o espera.

Igualmente faz lançar peças de seda de diversas qualidades e outras muitas cousas, e se alegra o rei // p. 18 // em o ver apanhar e lutar, e cada um levar com força a porção de seda que mais pode rasgar, de sorte que se tem por maior festividade aquela em que mais se lança sobre o povo e mais se apanha.

Há outras mais festividades, com exceção dos sacrifícios, quando os reis são aclamados, quando são enterrados, quando se celebra o aniversário do rei falecido, quando se lhe manda recado, isto é, uma espécie de embaixada e, finalmente, quando o rei muito a seu arbítrio a quer fazer.

Os casamentos, entre os homens pretos africanos não é vínculo de religião, mas, sim, mero e puro contrato, que em si leva umas certas condições tácitas, subentendidas e por todos praticadas.

Reinando entre eles a poligamia, cada um tem as mulheres que querem e podem sustentar, o que entre eles passa por um testemunho de grandeza e de riqueza; e, além de terem de uma a seis e a sete, segundo os dias da semana, o que mais se verifica nos cabeceiras, fidalgos e ricos, sendo estas as da sua escolha, recebem demais aquelas que o rei lhes quer dar, o que têm por grande honra e distinção.

O modo com que se dispõem estes quase contratos nupciais, e se ordena entre eles o conjugado, é o cônjuge // p. 19 // entrar a mandar à futura noiva toda espécie de galanteios e de prendas, já búzio, ou zimbo, e fazenda, já comidas e bebidas, e tudo mais que bem lhe parece.

Havendo o comum acordo, sem mais alguma cerimônia, a vai buscar para sua companhia, e ali se vê adotado pelos seus efeitos o mancípio e o uso capião dos antigos romanos. No prosseguimento dos seus efeitos, o marido fica tendo um domínio pleno em as suas mulheres e em seus filhos; são senhores vitae et necis, até as podem vender, o que mais se verifica no caso de adultério.

O marido pode repudiar a mulher, quando muito quer e bem lhe parece; incorrendo em crime, em benefício do público e do rei, em satisfação da pena, remindo-se do castigo, pode dar a mulher e os filhos para serem vendidos, o que de boa mente é aceito, porque o seu mais sólido patrimônio é a escravidão, e a constante venda dos homens pretos, já cativos na guerra, já feitos servos da pena, como nesta parte também já praticaram os mesmos antigos romanos.

Eis aqui uma parte e um ramo respeitável da sua mais corrente legislação, pelo muito que é bem observada e rigorosamente desempenhada. // p. 20 //

Estas mulheres, posto que sejam muitas, como fica dito, cada uma, segundo a sua ordem, se ocupa no serviço doméstico daquele dia e trata do [.....] de seu marido, e as outras se ocupam, ainda mesmo com suas escravas, na cultura das terras, do que se isentam os maridos, porque estes só estão hábeis, prontos e dispostos para a guerra, o que abraçam por uma espécie de tráfico e de negócio para com os povos circunvizinhos, esperando pelo lucro de venderem os prisioneiros e vencidos na guerra.

Eis aqui as próprias mulheres detestando o ócio e dando exemplos de umas boas mães de famílias, promovendo a indústria, e um patrimônio tão sólido para sua subsistência e nutrição pessoal, de seu marido e dos seus filhos, vivendo todos em comum, qual é agricultura, ajudando e fazendo feliz do modo possível o mesmo consórcio.

Aquele reino é de uma sucessão regular, monárquico e familiar, preferindo sempre o primogênito; e, quando há alguma dúvida, disputa e dissensão sobre a ordem de suceder, como se verificou no atual reinante, quem decide e vem a ser juiz é a força do partido de uma guerra civil.

Em breve ex // p. 21 // porei a causa da dissensão e o resultado dela. O precedente rei, por querer mudar de religião, foi envenenado

pelos seus. Tinha um irmão e filhos menores. O primogênito foi inteiramente excluído pelo povo, porque tendo um dedo do pé⁽¹⁵⁾ levantado, e revirado para cima, cria aquele supersticioso povo que era por isso de mau gênio, de péssima condição, bárbaro e incapaz de governar, o que bem comprovou até morrer.

Agitou-se a questão se, no caso da exclusão do primogênito, deveria governar o irmão do rei falecido ou o filho segundo menor de um tal rei, que, com infâmia transcendente, queria mudar de religião. Mingá [migan, mingan, megan ou temigan], secretário e chefe de guerra, segura um partido; mezé [meú ou mehu], outro secretário e também chefe de guerra, segura o partido contrário; dando-se campanha, saiu vencedor o partido do filho segundo, e, // p. 22 // porque o irmão do falecido rei se refugiasse em uma casa, donde, com alguns do seu partido, fazia fogo aos que passavam [.....] o partido vencedor, lançando fogo àquela casa, morrera queimado com seus adjuntos, para não ser hostilizado pelos do outro partido, que o cercavam e o esperavam.

Aquele rei tem quatro palácios, a saber: o de Calamina [Cana, Canamina ou Calmina], que tem três portas e é o maior, em que habita; o de Bomé [Abomé ou Abomei] que tem duas portas, aonde se fazem as festividades e os reis são sepultados; o de Gená e o de Adra [Ardra ou Aladá], aonde são aclamados, os que também têm duas portas.

Em grande distância do palácio do rei em Calamina há um reduto e muralha alta, feita de barro, que o segura, guarda, e defende. Dentro dele há diversas mesquitas ou pagodes,⁽¹⁶⁾ há armazéns, em que o primeiro e o segundo almoxarife guarda a riqueza do rei. // p. 23 //

⁽¹⁵⁾ Os pretos africanos, como são no último extremo supersticiosos, têm crença e zanga positiva com todo aquele indivíduo que se acha assinalado pela natureza; assentando consigo muito firmemente que o defeito físico influa na moral, e, segundo esse defeito, que insurge e se deixa ver, como fora o do corcunda, aplicam a crença e a superstição a diversa causa, tendo o defeito por infalível indicativo dela, o que fazem extensivo a [qualquer] sinal achado e divisado no corpo humano.

⁽¹⁶⁾ Damos promiscuamente o nome de mesquitas e de pagodes às pequenas casas de oração em que os africanos se entregam naselos aos exercícios de sua falsa religião, abraçando um destes nomes dos templos de uma das religiões pagãs, e não usamos da palavra templo, para não confundir-se e nem injuriar a religião cristã e verdadeira, que usa desse nome templo, e, se alguma vez nos temos dele valido, é impropriamente falando.

De um lado do palácio fica o serralho, isto é, um sem número de sanzalas⁽¹⁷⁾, em que moram as mulheres do Rei, que, com as dos antepassados, chegam a 900 mulheres, as que ali se conservam detidas, e encerradas até morrer, e neste número também entram as muitas escravas, que tem, e possuem. // p. 24 //

Posto que o Rei tenha diversas mulheres, contudo entre estas, sem que prevaleça a maior afeição, nomeia uma para que no público e nas festividades se apresente e receba as honras de rainha; e, ainda que todas vivam encerradas, como fica dito, contudo, com licença do rei, guardadas e bem defendidas saem fora, por vezes divididamente como uma espécie de estado, e quase todas juntas se apresentam nas festividades.

As filhas do rei são chamadas cofiz [ahovi, ou, noutra leitura, ahosi], as quais nunca casam, e a prelada que governa esse grande número de donzelas é chamada vudunci [vodúnsi], o que corresponde a abadessa; e incorre em grande, e grave crime quem as corrompe. Também se aceitam por permissão do rei algumas filhas dos cabeceiras, dos fidalgos e dos ricos para esta classe, tendo vocação para isto, as quais possam na mesma isenção por criadas das filhas do Rei.

⁽¹⁷⁾ Sanzala, no seu comum, se chama toda casa de moradia e assistência de homem preto, e daqui translaticiamente também se torna e significa toda e qualquer casa de pessoa humilde e pobre; porém entre os africanos chega de dois modos: o 1º, fazem fincar certos paus iguais na terra paralelos entre si, e porque as extremidades superiores são esgalhadas, à maneira de umas forquilhas, nelas, fazendo atravessar, descansa um pau, que fica servindo de ponto ao telhado; de uma e outra parte na distância, que outras forquilhas mais baixas, também paralelas, os que ficam servindo de pé direito, por cuja forquilha fazem passar, e descansar os paus de travessas; fazem prender e desprender da travessa do ponto do telhado outros paus, que vêm atar e prender as extremidades no pau das travessas do pé direito; depois fazem gradear esses paus com varas de palmo a palmo, sendo tudo preso com cipó de uma espécie de vime muito fina e comprida, e todo este gradeamento fazem vestir de palha sobreposta, e porque é ecoado e fica em plano inclinado, dá boa expedição às águas; o mesmo gradeamento fazem no fundo, frente e interior da sanzala, segundo o repartimento dela, e fazem vestir tudo de palha tão artificiosamente assentada, que a luz não passa de uma casa para outra. 2º, observando-se a mesma construção quanto ao telhado, só quanto a frente, fundo, lados e divisões interiores, fazem vestir todos paus de prumo com dois gradeamentos de varas, um por fora, e outro por dentro, o que fica servindo da grossura das paredes; por entre este gradeamento desencontrado fazem introduzir o barro, bem amassado, valendo-se do dos formigueiros, por ser fino, e já escolhido, ficando tudo assim barreado, secando, há e existe uma forte parede – e deste modo chegam a fazer casas ou sanzalas com primeiro andar.

É um grande delito a violação do serralho. Os homens são castigados com penas arbitrárias, e com torturas excogitadas pelo Rei ofendido.

A mulher do Rei, enquanto se verifica a transgressão nupcial, é trazida para fora dos muros, aonde, atada em uma haste de dois paus com a cabeça para baixo, ficando descomposta, é escarnecidida pelos do Povo com todo o gênero de injúrias, e quem é mais amigo do Rei, e mais o quer obsequiar, mais a injuria,⁽¹⁸⁾ e afinal se lhe corta a cabeça. // p. 25 //

Há tanta cautela na guarda e defesa do serralho, que os filhos do mesmo rei, quando têm 12 anos, são mandados para fora dele, e entregues a um dos cabeceiras, para os ter em sua companhia e os educar, no que recebem grande honra e estimação, e, no futuro, procedendo bem e se fazendo dignos das heranças vacantes, se casam e vêm a ser cabeceiras.⁽¹⁹⁾

Quando o rei morre, é conduzido com grande pompa e aparato fúnebre ao palácio de Bomé e, ali estando, feita uma grande, funda e espaçosa cova, sobre um girau⁽²⁰⁾ ou cama leito com // p. 26 // varas, se deposita o cadáver, e, sendo escolhidos e nomeados quatro dos fidalgos mais anciões e respeitosos, por tempo de oito dias, dois da parte da cabeceira e dois da parte dos pés, servindo-lhe de guarda, de companhia e de assistência, se ocupam em enxotar as moscas, e talvez que deste antigo rito os fidalgos na sua antiguidade derivassem o nome de cabeceiras.

⁽¹⁸⁾ As injúrias, com que os do povo ludibriam a mulher do rei, que violara o serralho, sendo arbitrárias e da invenção de cada um, contudo as mais freqüentes são escarrarem nas pudendas, lançarem-lhe terra por desprezo, introduzirem-lhe diversas palhas e pauzinhos com espinhos para a maltratarem, e fazem-lhe outras muitas cousas.

⁽¹⁹⁾ Como aqueles povos africanos vivem em continuada guerra com seus circunvizinhos, e os filhos e netos do rei, e sobrinhos e primos vêm a ser cabeceiras e, quando não sejam, vêm à guerra só para adquirirem cativos, não causa admiração que, ficando vencidos e prisioneiros, venham a ser cativos e, por consequência, vendidos pelos vencedores, e daí se segue que, por estas mesmas razões, existam alguns destes em cativeiro no Brasil, o que se deixa crer porque a maior parte deles quer arrogar a si esta qualificação.

⁽²⁰⁾ Girau é cama ou leito em que dormem os homens pretos africanos. Ela se forma da maneira seguinte: no solo se fincam quatro, ou seis forquilhas curtas e iguais, duas a duas paralelas entre si, porém sempre todas iguais e da mesma altura; por entre os galhos de uma forquilha a outra fazem passar um pau de travessa, que atam no pau de forquilha com cipó, isto é com uma espécie de vime fino; por cima desses paus de travessa fazem repor e juncar certas varas do comprimento da cama, encostando-se uma às outras, e fazem prender as extremidades das varas nos paus das travessas com o dito cipó, o que fica figurando uma esteira elevada, tecida e fabricada com vara, e por cima deste gradeamento e leito fazem lançar palha, que lhes serve de colchão.

Findo os oito dias, indo ali ter o rei, os seus grandes e muito povo, se faz uma das maiores festividades, como se deixa dito e indicado.

Depois de um grande jantar e dos festins, se manda introduzir no sepulcro ancorotes de aguardente, todo gênero de comidas, outras muitas cousas, como zimbo, peças de seda, rolos de tabaco e mais ofertas, e fazendo-se com varas uma espécie de abóbada em altura competente, sem que a terra possa passar e chegar ao cadáver, por cima dessa abóbada e grade de madeira e de varas fazem lançar terra, até que a cova fique cheia, segurando-se, que aqueles quatro assistentes ficam igualmente sepultados e de guardas ao rei.

Porém, como tudo isso se conclui com proximidade à noite, havendo variedade nesse ponto histórico, alguns dizem que esta disposição se ordena de tal modo que, de noite, são tirados esses assistentes // p. 27 // e, para que nunca mais sejam vistos, são mandados para um remoto, e afastado degredo, o que tem por grande honra e distinção.

No dia do aniversário do rei falecido ou logo depois, conforme o rei determina, em Bomé há outra grande festividade e, precedendo o jantar e os festins, se trata de mandar um recado ou embaixada ao rei falecido, o qual consiste em fazer-lhe significar o filho as muitas saudades e lembranças que tem dele, mandando lhe dar uma fiel conta de tudo quanto tem feito e obrado depois de sua morte, expondo-lhe as causas, os motivos, e também lhe manda propor certas cousas, interrogar e consultar sobre pontos e artigos em que tem dúvida e melhor se quer deliberar.

Este recado ou embaixada se efetua da maneira seguinte. Entre as mulheres nobres, para o que há empenhos e estímulos na preferência, se escolhe aquela, que é mais bem feita, mais formosa e de perfeita idade, a qual, depois do jantar e dos festins, se apresenta ricamente vestida, muito alegre e satisfeita, e, tendo perante todos, uma larga conversação com o rei sobretudo quanto ele lhe quer mandar dizer, dando-lhe ósculos, abraços, para entregar ao pai falecido, sustentando a mesma presença de // p. 28 // espírito, porque dá todas mostras disto, rindo-se, saudando a todos e levando em gosto ir a semelhante fim, quando o Rei lhe entrega o bastão, para testemunhar, que a embai-xada é verdadeira, na presença dos circunstantes se lhe corta a cabeça.

Quando o rei sai fora, ou é em uma sege e carreta coberta, ou em cadeira⁽²¹⁾ e rede, puxado ou carregado por homens pretos, sucedendo uns aos outros, e, por isso, é costume seguir e acompanhar o povo ao rei, com quem ele se encontra, e incorre em crime quem assim não faz e tanto não pratica.

O Rei não dá audiência, manda chamar a quem quer e castiga a seu arbítrio, segundo a qualidade do crime e do delito, entrando primeiro em conhecimento de causa e sendo informado da verdade. // p. 29 //

Tem a seu lado dois secretários, chamados Mezé e Mingá. Mezé conhece e representa ao rei tudo quanto é conveniente e sucede, donde o rei habita até a borda do mar, na distancia de 30 léguas, e Mingá, tudo que respeita a terra dentro, e, segundo os seus postos e distritos, são chefes e generais de guerra.

Os embaixadores são chamados larins [laris] e, por seu distintivo, têm parte da cabeça rapada, ou uma poupa de cabelo, e ao embai-xador se entrega o bastão, figurando ser o do rei, para [que] se tenha a embaixada por verdadeira.

O rei, à sua custa, nas estradas públicas e em diversas partes, manda construir umas certas casas francas, de distância em distância, para que nelas pernoitem, se recolham e descansem os viandantes, que transitam de uma para outras partes.

Como todo aquele reino sustenta continuada guerra com os reis circunvizinhos, tudo para adquirir escravos, sendo este o seu mais sólido patrimônio, concluída a guerra, os vencedores trazem ao rei os vencidos, e este, por efei // p. 30 // tos de um direito eminentíssimo, tira os escravos que quer, faz deles mimos às suas mulheres, aos cabeceiras ou fidalgos, e os mais manda à borda de água, aonde todos tem correspondentes, vender a sua porção de escravatura.

⁽²¹⁾ *Essa cadeira entre eles se chama palanquim; ela é como um casco das seges de caixa, ou sem ela, aonde dentro vai o Rei assentado, ou deitado, sendo o palanquim de rede; os desta classe tem o tejadilho comprido à imitação da concha de um cágado, e todas na circunferência do tejadilho têm pendentes cortinas de correr e fechar, para ser visto ou deixar de ser: Por dentro do tejadilho passa um pau arqueado, segundo a configuração deles, o qual acaba reto, e distando-se os braços, lhes são almofadados nas suas extremidades, para que, descansada nos ombros dos carregadores, não sejam molestados, e nesses braços é que se prende a rede, que são desta classe.*

Daqui bem se infere, que os melhores cativos são do rei, das suas mulheres e dos cabeceiras, ao que lhes chamam flor, e a mais inferior é a dos particulares e daqueles que foram vencedores, porque nela se comprehende o refugo, os doentes, velhos, achacados e defeituosos, passando a constituir 1º, 2º e 3º lote.

No centro daquela barbaridade, impolidez e nos desconhecimento dos objetos políticos, se observa que a nobreza não é hereditária. Fidalgo e nobre é aquele que melhor procede, põe em exercício as boas obras e o que mais se liberta dos crimes e dos vícios, ajuntando a tudo isto alguma riqueza.

Entrando o rei em conhecimento de causa, os distingue, os chama para sua amizade e os faz cabeceiras, que são outros tantos fidalgos e juizes, à imitação dos nosso ricos homens, que nos primitivos tempos foram corregedores.

A estes, assim dignos e merecedores, lhes dá o rei terras na sua contigüidade, escravos, mulheres, // p. 31 // como fica dito, manilhas de prata para os braços, ferropéias ou argolas de prata e prateadas para os pés, enfiadas de corais para suas mulheres e, quanto mais grossos, mais afeição, porque também são mais preciosos, e outras muitas cousas.

Isto é de tanta observância e de tão rigoroso cumprimento, que, sucedendo falecer qualquer dos cabeceiras, por efeitos do mesmo direito eminentíssimo, o rei, sendo o principal herdeiro, tira para si o que muito quer, e por uma nova graça confere a herança ao filho primogênito e, não tendo qualidades, ao segundo e aos mais, pela sua ordem, e, quando em nenhum deles concorrem as boas circunstâncias de honrados, de inteiro procedimento, livremente confere a herança a estranhos e aos novos cabeceiras.

O mesmo e outro tanto se pratica com os particulares e, entre eles reinando a simples luz da razão natural, se observa com toda exação o bem sabido título do Código Romano, “De lis quo indignis auferuntur” (?).

Esta espécie de prêmio conferido aos bons, as esperanças de serem elevados a cabeceiras e de entrar na sucessão dos títulos e das heranças vacantes, e a infalibilidade da pena e do castigo de serem reduzidos à escravidão, cometendo e incor // 32 // rendo em crime, tem

sido bastante para que os homens pretos, pela maior parte, se contentham de não furtar e ofender aos outros, e, tanto assim, que as suas choupanas, ou sanzalas, são muito mal seguras, não passando de ter uma chave, aldrava, tramela ou travessa de pau, que por fora se abre; ainda que os mais abastados têm armazéns em que guardam e depositam suas riquezas e mercadorias, e escravos que as vigiem, e como tudo quanto os escravos adquirem é para seus senhores, aqueles mesmos se abstêm do furto por estes princípios, análogos ao direito escrito das Cortes civilizadas, que eles desconhecem, e os outros com terror da pena, do castigo e de serem reduzidos a uma perpétua escravidão.

Os flagelos com que são castigados os homens pretos africanos e no reino Daomé, havendo diferença e distinção de maiores e menores, preferindo-se estes que, sendo vários e arbitrários, são infinitos⁽²²⁾, falaremos tão somente dos maiores pela sua ordem. // p. 33 //

Vem a ser o primeiro a pena de morte; segundo, o cativeiro, fazendo-se servos do crime, passando a ser vendidos, com excesso nesta parte

⁽²²⁾ *Fazendo-se diferença dos delitos públicos e privados, como na classe destes se entendem aqueles em que os escravos ofendem e desobedecem a seus senhores, ao arbitrio destes fica castigá-los como bem lhes parece, em particular, e sendo eles cometidos por homem livre contra homem livre, se requer a certos magistrados menores, a que se chamam souvas [sobas?], para os castigar, como merece a satisfação do ofendido, e eis aqui desempenhada uma quase pena de talião, conhecida em direito positivo, de que há vestígio em as nobres ordenações.*

Quando porém os delitos são públicos e da classe dos menores, são os delinqüentes castigados com o libambo, em que são metidos, e com o tronco, vindo a ser uma e outra cousa uma espécie de suas prisões.

Libambo vem a ser uma argola de ferro que circula o pescoço do delinqüente, e, para ela ser metida e assentada, se faz abrir, até que possa entrar a cabeça do réu, o qual se faz deitar e se bate, sem que se ofenda o corpo, nos pontos da dita argola, que descansa sobre uma pedra, até que uma chegue a tocar a outra, ficando enfiado nela um dos anéis de uma corrente, que vai passando de uns a outros; e esta prisão é uma espécie de galé, só com a diferença de que aquela de que se usa, nos presos africanos usam no pescoço.

Tronco é um pranchão de grossa madeira, o qual, sendo partido e serrado pelo meio, se assenta de cutelo muito certo em uns detalhes feitos em toros de madeira, que lhe fica servindo de pés; uma extremidade deste pranchão fica ligada por meio de uma maxafemia [macho-e-fêmea?] que dá lugar a uma parte ser aberta e levantada, quando na prisão se quer meter o réu, e a outra extremidade do pranchão se segura e se fecha com um ferrolho que se prende com chave. Pela fenda do serrado do pranchão se faz abrir uns círculos folgados, em que caiba o pescoço do réu, ficando a grossura da madeira entre os ombros e a cabeça, ocupando o cumprimento do pescoço; se fazem abrir outros círculos, em que caibam as canas dos braços, e outros, em que se metam as canas dos pés. Quando o delito público é menor, se prende o réu tão somente pelo pé; quando é alguma cousa maior, se prende pelo pescoço; e quando é muito mais grave, se prende pelo pescoço e alguma outra parte pelas mãos, servindo isto de tortura, porque nem se pode coçar nem dar jeito ao corpo, ficando deitado.

da legislação romana; terceiro, serem açoitados com azorragues de pele // p. 34 // de elefante, com pauladas pelo corpo e na sola dos pés.

As terras, que ficando distantes e remotas, o rei as não dá aos cabeceiras e a beneméritos; ficam francas para cada um tomar a que quiser, para sua privativa cultura.

Os gêneros que mais plantam e cultivam, além de outros de seu particular apetite, é o milho e o feijão, e nisto mais se esmeram e capricham; porque usando deles para o seu natural sustento, lhes serve de seu ordinário pão.

Neste lugar, sendo aliás oportuno, amando a brevidade, me dispenso referir os muitos guisados, que a seu modo fazem de um e outro gênero⁽²³⁾, temperado // p. 35 // com azeite de certa palmeira, ao que lhe chamam de dendê⁽²⁴⁾, e a árvore de dendezeiro. // p. 36 //

⁽²³⁾ Do milho moído reduzido a farinha fazem as papas simplesmente temperadas com o sal umas vezes, outras as temperam com azeite de dendê e com pimenta e gengibre, e também às papas temperadas com o sal lhe fazem ajuntar o mel, ou açúcar, e a este terceiro guisado chamam canjica, à imitação dos asiáticos, que usam da canja por pão, só com as diferenças que esta é feita com arroz e aquela da farinha do milho. Dessa mesma farinha do milho, sendo bem amassada e temperada com sal e mel de abelhas, ou açúcar, sendo essa massa metida dentro de folhas das bananeiras, passadas pelo fogo, atando-se as extremidades dos tubos, assim como fazemos aos chouriços e paio, pondo-se a cozinhar em água, sem que esta possa nunca passar dentro, fazem outro guisado, a que lhe chamam pamonha. Da mesma farinha de milho, metida em um pano, sem que leve água, temperada com o sal, e posto o pano com ela na boca de qualquer panela, enquanto se cozinha outra cousa, ministrando água precisa o vapor, fazendo o cuscuz, que é muito semelhante ao nosso pão de milho. Também cozinham o milho inteiro e quase seco, como os nossos feijões, que, temperado com sal, lhe serve de pão. Sendo este milho cozido, pilado e quebrado, posto de infusão de um pequeno ácido, como o das nossas limonadas, a esta espécie de comida, e de bebida ao mesmo tempo lhe chamam aluá. Sendo o milho inteiro torrado de tal modo até rebentar e estalar, dando sinais de estar assado, lhe chamam pipoca: A esse mesmo milho torrado e muito pisado com sal, açúcar lhe chamam fubá de milho.

Do feijão fazem um emparelhado uso, equivalente ao seu pão, e o comem cozido, temperado com sal, pimenta e azeite de dendê, e o ajudam com o outro pão do milho; também o comem torrado, havendo sido deitado de infusão com sal, e sendo moído e temperado com os pimentados, a essa espécie de massa e de bolo lhe chamam abréim, [aberém] e, sem os pimentados, abra [abará], e adverte-se que qualquer dessas massas é metida e empalhada nas folhas de bananas secas, ligados estes embrulhos por fora com imberiba [embira] da mesma bananeira, estando tudo assim disposto, os fazem cozer em água bem quente, sem que esta nunca possa passar dentro, por causa de se achar bem empalhados e ligados. Do mesmo feijão moído, temperado com sal, pimenta e gengibre, fazendo-se uns pequenos bolas, que são fritos em azeite de dendê, a esta comida lhe chamam acarajé.

⁽²⁴⁾ Desta espécie de azeite, chamado de dendê, não só fazem uso na comida e nas luzes, mas também em os seus curativos, tendo-o por muito medicinal e preservativo, como logo se dirá. Fazendo-se deste azeite uma certa massa com uma pequena parte de farinha de milho, muito

Dispenso-me também de referir o modo, com que do milho fazem extraír o vinagre com que se suprem e temperam todas suas comidas, e uma espécie de vinho ordinário com que se embebedam.

Também fazem uso de uma terceira espécie de pão subsidiário, qual é de todo gênero de batatas, de que muito abunda aquele país, que, por infinitas⁽²⁵⁾ e de diversos tamanhos e qualidades, deixo de indicar e especificar. // p. 37 //

Aqueles povos, para socorrer a sua nutrição, fazem um constante uso das muitas ervas, que comem, cozidas e temperadas com azeite de dendê, com sal, pimenta malagueta e gengibre⁽²⁶⁾, muito gostosamente com qualquer do indicado pão.

Fazem uso da carne do boi do mato, dos elefantes, dos carneiros, das cabras, dos cabritos e das galinhas, e, como tudo isto é caçado, e não de criação, por isso não têm destes gêneros maior abundância.

Também se nutrem com os peixes das lagoas e, tendo as cobras por peixe, as comem assadas e torradas. // p. 38 //

peneirada, sendo tudo fervido, com ela curam os cancros, porque a massa, secando com o calor do corpo, e do mesmo cancro segura em si o tronco dele, o azeite tem virtude de cavar [?] as raízes; depois de dias com banhos de ervas com leite, se desapega a circunferência e, observando-se que o cancro não está extraído, sem que se ofenda com extração violenta, do modo possível por entre a pele e o emplastro, se faz introduzir mais azeite, tornando-se nesta operação, por vezes se extrai o cancro com todas suas raízes.

⁽²⁵⁾ *Os africanos, para viverem fartos e abundantes, além de comerem as diversas qualidades de abóboras, fazem um constante uso de todas espécies de raízes, que, cozidas, ficam tenras e macias. Destas, algumas são bravias e agrestes, como são da bananeira, da tainha, do coco e de outras mais, e as menos bravias são as batatas, o aipim, o inhame, o cará, o mangarito e outras muitas. Também fazem cozinar as bananas verdes sendo descascadas, as quais, sendo bem picadas e cozidas, fazem uma espécie de papas com um adocicado natural, proveniente do mesmo fruto, o que não é desagradável, e a esta comida lhe chamam angu de bananas, e deste modo aproveitam este gênero de fruto, quando não sendo sazonado, o vento o faz lançar por terra, ou quando a árvore, não podendo com o peso do seu cacho, se quebra, e muitas vezes, para acudirem as suas precisões, a fazem cortar para este fim, o que praticam com mais freqüência, quando têm abundância deste fruto maduro.*

⁽²⁶⁾ *Estas ervas os pretos africanos comem de muitos e diversos modos: umas vezes as comem simplesmente temperadas com sal e vinagre ou limão; outras, as fazem picar e bem cozer, até as reduzir a uma espécie de papas e, ajuntando-lhe sal, vinagre, azeite, pimenta, gengibre e cabeças de peixe seco e salgado, a este guisado lhe chamam caruru, do que muito gostam, acompanhando com o seu pão e, quando lhe fazem ajuntar parte de farinha de feijão torrado e moído, levando todos sobreditos temperos, e, na falta da farinha de feijão, uma pequena parte de farinha de milho, muito fina, ajuntando-se-lhe carne assada desfiada ou moída, sendo torrada, ou de peixe assado, o que tudo junto faz com que as ervas se não dizem.*

Como aquele país é muito cálido, há uma grande falta de águas nascentes, e estas mesmas são salobras, e para se suprirem fazem um constante uso das águas das lagoas e encharcadas, que, por isso, não são sadias e pouco convenientes à saúde.⁽²⁷⁾

Fazem uso de muitas e infinitas frutas silvestres, porém, entre os muitos do seu particular amanho e cultura, como mais principais, são as bananas, a laranja, o melão e a melancia.

Têm por uma espécie de asseio untarem-se com azeite de dendê, tanto porque ficam mais pretos, como porque ficam mais luzidios e cheirosos, servindo também de afastar de si as pulgas, os bichos⁽²⁸⁾ e o calor do fígado, como entre os dedos // p. 39 // dos pés, das mãos são

⁽²⁷⁾ Os pretos africanos reconhecem, tanto pela experiência, que essas águas lhes são danosas e prejudiciais à saúde, que, no desengano de serem desagradáveis e dissaborosas, os que melhor querem consultar os interesses da sua conservação, lhe fazem ajuntar uma pequena gota de aguardente.

⁽²⁸⁾ Como dissemos que os homens pretos africanos usam de se untar do azeite de dendê, para neste preservativo afastar de si a doença do bicho, sendo ela de três qualidades naquele país e continental, por isso devemos dar uma idéia clara a esse respeito e classificar o de que falamos. Como aquele clima seja ardentíssimo e haja muitas e freqüentes febres, e malignas, que, por serem contagiosas, com maior força em certa quadra e estação do ano, lhe chamam carneirada, e costuma-se na vila posterior gerar uma espécie de bicho nas paredes do ánus, que se dilata até os intestinos, começando por uma espécie de [lêndeas?] ou válvulas, que bem se conhece, metendo o curandeiro o dedo untado com azeite, e se cura esta enfermidade com continuadas mezinhas de sal e pimenta, o que, não sendo bastante, lhe ajuntam o limão, depois o salitre e por último a pólvora, em virtude do que se observa na escoriação uma grande quantidade deles mortos e cortados, ainda não fermentados, e quando qualquer destas mezinhas chega à carne viva, depois de haver feito o seu dever, é uma dor e ardência insuportável, ocasião em que se conhece que se acham salvos desta enfermidade e, continuando a não sentir este curativo, infalivelmente se morre, e muitos entre nós mesmos morrem desta moléstia desconhecida e incurada; porém desta não é a de que falamos.

Há outra moléstia chamada de Bicho, que consiste em uma espécie dele que se gera em qualquer parte do corpo, que é bem semelhante a uma fina linha que se dilata pelo corpo, ficando no exterior apenas o sinal de sua cabeça, a qual é incurável, ainda que alguns ma afirmaram, que viram extrair com dificuldade, de dois, três a quatro palmos sem se quebrar, ficando só os indivíduos que sentirem esta enfermidade; porém também destes não falamos. Há uma terceira espécie de bicho, que é muito vulgar na África, ainda mesmo no Brasil, nas pessoas imundas, aquele também semelhante a [um] pequeno pulgão e que se encrava nos cantos das unhas, ou em qualquer parte do corpo imundo, o qual é muito fácil de ser tirado com a ponta de um alfinete, uma vez que se sente comichão, porém militando a negligência e o abandono, ele se gera e cresce, ficando do tamanho de grão de cevadinha bem cozido. Estando [detidos?] gerados e crescidos, após [temam?], causam frios e febres; entrando em saturação [?], lançam de si infinitas lêndeas e ovículos, que formam segunda e terceira camada, que tornam a crescer, e após [itemar?], o que dá ocasião a gangrenar-se, a haver cortes e a morrer, e, para se obviar esta espécie de moléstia, é haver limpeza no corpo por meio de continuadas lavagens, e alguns se lavam com urina e untam o azeite de dendê para os afastar.

atacados, o que, servindo no afaste de preservativo, ao mesmo tempo é medicinal.

Como aquele clima do país é ardentíssimo, além de se lavarem com freqüência nas lagoas, sendo em sítio que as haja, tanto os de um como do outro sexo andam nus, apenas trazem na cintura um curto pano, ao que lhe chamam tanga.

Os que são ricos, cabeceiras, fidalgos, a trazem de seda e segura na cintura com corrente de prata, ou prateada, e os pobres a prendem com cordas.

Para sua maior compostura e decência, trazem de um ombro para debaixo do braço do outro ombro um // p. 40 // pano, que cobre parte do corpo, a que lhe chamam mablé [ou seria hobbé?].

Para se formosarem fazem picar em xadrês e como muito querem os seus braços e corpos, e nunca a cara, do que só usam os nagôs e makins [mahis ou makis], povos circunvizinhos, o que serve de distintivo de nação, além do seu particular idioma, e os das outras nações até fazem furar uma das ventas, para meter corais, argolas, que lhes servem de enfeite e adorno.

Por grandeza e ostentação, trazem muitos anéis nos dedos das mãos, já de ferro, de cobre, de latão, já dourados e prateados, e as mulheres mais ricas trazem por suas jóias, entrelaçadas nos cabelos, borboletas, meias-luas douradas e prateadas, e uma espécie de garfos, e correspondem aos nossos pentes, e outras muitas cousas, a que lhe chamam feitiços.⁽²⁹⁾

Têm homens pretos curandeiros, a que muitos chamam bocós [boko, bokónò, boconô ou bokonon], e estes correspondem, de um modo imperfeito, aos nossos médicos⁽³⁰⁾; também têm seus sangradores, // p.

⁽²⁹⁾ Chamam a esses enfeites feitiços, porque são jóias do seu maior gosto, apetite e encanto, e por também sempre correspondem àquilo ou a algumas das cousas em que têm maior crença.

⁽³⁰⁾ A medicina entre eles é tradicional, e tanto assim, que aplicam os remédios, porque viram aplicar os seus antepassados, e não dão a razão da eficácia deles e nem a causa e a origem das enfermidades. Fazem muito e constante uso da botânica, aplicam os simples e ignoram de todo os compostos, e se tem por melhor curandeiro aquele que mais sabe e tem notícia de mais ervas e raízes medicinais, e que em si conservam o segredo para o que devem ser aplicadas, e são tão astuciosos e industriosos, que trabalham muito em achar outras iguais e semelhantes, que não produzem o mesmo efeito, o que franqueiam só para enganar, e para que se não saiba e se não

41 // a que muitos chamam tanglítós, que correspondem, ainda que mal e imperfeitamente, aos nossos cirurgiões. As suas sangrias são sarjas⁽³¹⁾, na ocasião das malignas e das carneiradas⁽³²⁾. As suas ventosas são umas pequenas cabaças, ao que lhe chamam cumbucas, porque as maiores, // p. 42 // não servindo para este ministério, se reservam para nelas ser guardado o azeite, o vinagre e o vinho.

Em Grougue, isto é naquela terra, região e província próxima ao mar, há um governador, a que lhe chamam avogá [yovogan ou yevogan], e este recebe de direitos para o rei 65 rolos pequenos de tabaco⁽³³⁾ de todo navio de dois mastros que ali vai ter a fazer negócio de transportar escravatura, e 81 rolos da mesma classe pelos navios de três mastros.

Este governador de contínuo tem dois espías contra si, os quais espreitam e observam tudo que ele faz, pratica e comunica com os brancos que ali aportam, para fazer saber o rei, o que, deste modo, vem no

conheçam aquelas, desfazem o seu particular uso, inculcando ciência, que não há, e pedantismo, que só existe. O certo é que deste modo curam muitas enfermidades, que entre nós passam de difícil curativo, como são os acidentes de gota coral, o calor do fígado, os antrazas, carbúculos, cancros, bexigas, malignas, carneiradas, toda espécie de qualidade de febres, enfermidades todas estas tão vulgares. Acontecendo mais, e sucedendo picar alguma cobra, além de fazerem uso da triaga, fazem pisar uma certa erva de seu segredo, que dando a beber o suco dela e pondo sobre a ferida essa magia vegetal, servindo de contraveneno, incontinente se atalham os segredos do veneno, e de todo ele se cura.

⁽³¹⁾ *Fazem um constante uso das sarjas, e não das sangrias, mutilando com um canivete ou navalha certas partes de todo seu corpo, porque as malignas e as carneiradas são tão fortes e engrossam de tal modo o sangue, que só desta sorte e por meio desta operação, pode sair dos vasos em que se acha depositado, perdendo a sua cor natural de vermelho, passando a ser denegrido, [?...], e não obstante esta jugulação e operação instantânea, muitos morrem.*

⁽³²⁾ *As malignas e as carneiradas são ali tão vulgares e tão esperadas; na estação calmosa e ardente, passam por uma moléstia epidémica, por uma espécie de contágio de peste, que para se acudir a elas, além das sarjas, se faz uso das mezinhas de sal, limão, pimenta, vinagre, salitre e pólvora.*

⁽³³⁾ *Os pequenos rolos de tabaco, que se fazem para a negociação da Costa da Mina, se chamam mongotes. É de advertir que, na sua origem, por uma proibição expressa que ainda dura, bem se determinara que para a Costa da Mina só se enrolasse aquele tabaco, que só fosse considerado inferior o da pequena folha e o de refugo, porém o abuso empareirado com a ambição tem chegado a um tal ponto, procurando-se a maior extração e a prosperidade da negociação para a Costa da África, que para ali se enrola o melhor tabaco, ficando o remanescente, o da pequena com mesmo refugo, reservado para ser remetido para Portugal, em grave dano, e prejuízo de um ramo de negócio mais estável e de outra consideração, e enganando-se as pessoas prejudicadas, se diz que parte daquele gênero se danificara e ardera na comprida e dilatada viagem, sendo esta a razão por que as viagens que de Portugal se projetam para a Costa da Mina são desgraçadas e porque também se faz queimar por incapaz uma grande porção deste gênero.*

conhecimento, e ele procede fiel, se é enganado ou deixa de ser pelo governador. // p. 43 //

Como de Grougue até ao mar há três lagoas, entre elas há um cabo de guerra chamado cacao, que, registrando tudo, não consente que suba e desça para o mar e para a terra pessoa alguma sem licença daquele governador, a quem o dito cabo é sujeito.

Nas praias, há outro cabo de guerra, chamado gampé, o qual corre com o embarque e desembarque dos que ali aportam, com prontificação das aguadas e mantimentos.

A moeda provincial daquele continente é o búzio ou zimbo, o qual se guarda nos armazéns respectivos de cada um, já do rei, dos cabeceiras e das nações que ali concorrem por intervenção dos almoxarifes, como é a portuguesa, inglesa e holandesa, que naquela costa têm fortalezas.

Aquele búzio que se acha furado tem maior estimação, porque indica que, havendo sido contado e enfiado em uma palhinha muito forte, já estivera em poder do rei.

Há toques, galinhas e cabeças de búzio: um toque se compõe de 40 búzios, e corresponde a 20 réis; uma galinha compreende 200 búzios e 100 réis; uma cabeça corresponde a 5 galinhas, e 1000 búzios, o que corresponde a 2\$000 réis da nossa moeda. // p. 44 //

Adverte-se, por último, que o búzio, sendo negociado por homem branco, sempre vale mais de 50 a 100 réis por cabeça do que aquele outro, que pára em poder do homem preto.

Como pois os homens pretos africanos muito respeitam os brancos, até na mesma moeda e dinheiro por eles possuído, sem que me intrometa em objetos políticos, não sei se seria acerto que os condenados à pena última fossem dirigidos àquele rei, porque, cometendo novos crimes, seriam castigados como merecessem; no caso da emenda, o que é bem de esperar, renascendo e revivendo em um país estranho, libertando-se das injúrias de fato e de direito, não deixando de ter cada um seus ofícios respectivos, entrariam a civilizar aqueles povos e, merecendo entre eles as primeiras estimações, viriam a ser cabeceiras e, no caso de um partido desigual, por qualquer circunstância superveniente, poderia bem acontecer que um destes, participando da

sorte de um Viriato, fosse aclamado rei. Feliz época e ditosos tempos em que uns novos costumes fossem plantados.

Como pois no público levanto a voz, anunciando uns costumes até hoje desconhecidos, e tendo percebido envolvência de certos fatos que parecem apócrifos, eles mesmos me incumbem a estrita obri // p. 45 // gação de justificar-me perante o mesmo público a que me tenho sido molesto.

Nos primeiros anos da infância, por ter sido senhor de muitos escravos daquela Costa, deles mesmos mendiguei os primeiros informes a este respeito.

Militando a idade militaram os conhecimentos. Em Lisboa, me vali de Francisco Leite, que me acompanhou na composição do Dicionário desta língua, que apenas, com sumo trabalho tenho concluído quanto à letra A, que, por ser oriundo e natural daquele país, me deu uma informação mais exata, ratificada por vezes na ordem do meu desvelo e, sendo ela tanto farta como fidedigna, nesta indagação entrei com algum mais critério, para proceder seguro.

Vindo aqui ter os lerins, isto é, os embaixadores africanos, além da catequização da sua conversão, o que felizmente consegui, de dia e de noite pesquisei grande parte do que deixo transcrito.

Tudo foi confirmado pelo capitão Luís Caetano da Acenção, que, retornando para Daomé, hoje e ainda vivo, está sendo intérprete dos portugueses perante o rei.

Igualmente ratificam as minhas idéias adquiridas o Padre Scalona, que, por muitos anos fora cape // p. 46 // lão e reitor da freguesia de S. João do Castelo de Ajudá, donde passara para vigário da igreja das Caldas da Rainha.

Tudo por último foi confirmado pelo capitão José Joaquim das Neves, que, por nove anos, fora almoxarife em Ajudá, o qual, por ser homem branco e se achar naquele ministério, por vezes fora convidado para todas aquelas festividades e assistira ao recado que o atual rei mandara ao seu pai falecido.

Este dito capitão de Lisboa, depois de haver sido almoxarife, fora mandado por diretor da negociação do navio Esperança àquela dita Costa e baía de Guiné e, retornando, atualmente vive nesta cidade.

Expiando-me dos crimes de fabuloso e de impostor, certifico com toda candura ao público, de quem desejo merecer a fé de verdadeiro escritor, que as minhas combinações foram exatas, e, se por um acaso imprevisto, me acho réu, certifico que, inculpado, sem poder ser bom aos meus desejos, fora no desacerto enganado por muitos.

Praz a humanidade que, em prêmio das minhas indagações, do Velho ou do Novo Mundo libre um raio de luz que ilustre aqueles povos que vivem sepultados na inércia, na // p. 47 // impolidez e na incultura, para que, no indulto do passado, esperançando-me em prosperidades futuras, eles venham a ser úteis ao corpo moral e civil da sociedade humana.

Praz a Cristandade que, em triunfo da Religião, eu possa mandar ao Ente Supremo os sonoros cânticos entoados pelo Rei David:

Cantante Domino

Canticum Novum

Recitado na seção pública da Real Academia das Ciências de Lisboa, em 23 de maio de 1806.

Por um dos seus sócios,

Luiz Antonio de Oliveira Mendes.

Comentários

Releiamos a *Memória*, porque, insisto, vale a pena, ainda que não tenha a riqueza de dados do relato escrito pelo padre Vicente Ferreira Pires, seis anos antes, sobre sua embaixada ao Daomé. Não tem nem poderia ter, pois o padre, além de passar quase um ano em terras daomeanas, ali viveu uma experiência única, sua estada coincidindo com o envenenamento do rei Agonglo e com a violenta ascensão, em 1797, de Adandozan ao poder.

Após desenhar de modo complicado o contorno do continente africano, Oliveira Mendes o qualifica de “desgraçado”, porque não acompanhou as outras partes do mundo e se manteve atrasado. Apresenta, então, algumas razões para essa desventura, entre elas a maldição de

Noé contra os filhos de Cam, anátema que legitimaria, primeiro, entre os islamitas e, depois, entre os cristãos, a escravização dos negros. Na Bíblia, o relato encontra-se em Gênesis, 9, 25-27. Sobre a história de Noé (Nuh para os muçulmanos) construiu-se uma justificativa ideológica falsa, uma vez que no texto bíblico se expressa claramente que a desgraça deveria cair sobre Canaã e não sobre Cuxe, de quem descenderiam os negros.¹⁰

Mais adiante, refere-se à fortaleza de São João Batista de Ajudá e indica que ela tinha então diretor e almoxarife. Desde o início de 1805, estes eram, na realidade a mesma pessoa, uma vez que, com a morte do diretor Jacinto José de Souza, assumira o comando da fortaleza o almoxarife Francisco Xavier Rodrigues da Silva. Era seu escrivão Francisco Félix de Souza, que se pensa possa ter sido irmão de Jacinto José e que mais tarde se tornaria famoso como o Chachá do Daomé.¹¹

O relato sobre o Daomé começa na verdade com a descrição da Cobra Grande, ou Dabai (“Dáboi” é como grafia o padre Ferreira Pires), como sua principal divindade. É possível que esteja a referir-se a Dangbe (Danbe, Danbwe, Danhgbwe), a píton que era o vodum nacional dos huedás e cujo templo em Ajudá, com dezenas de jibóias, pasmava os europeus. Oliveira Mendes parece, contudo, pôr o culto de Dabai em Abomé. E pensamos saber que o vodum Dangbe dos huedás era objeto de desprezo e até de troça pelos daomeanos.¹² Tem-se, aliás, por correto que, embora o rei Agaja, após a vitória sobre Ajudá, em 1727, haja incorporado Dangbe ao seu panteão,¹³ Dangbe não se tornou uma divindade proeminente em Abomé¹⁴ – e é como a principal delas que aparece

¹⁰ Sobre o surgimento dessa falsa interpretação do anátema de Noé, ver, entre outros, John Ralph Willis, “Introduction: The Ideology of Enslavement in Islam”, in John Ralph Willis, (org.), *Slaves & Slavery in Muslim Africa*, Londres, Frank Cass, 1985, vol. I, pp. 7-9; Ephraim Isaac, “Genesis, Judaism, and the ‘Sons of Ham’”, in idem, pp. 75-91; Bernard Lewis, *Race and Slavery in the Middle East*, Oxford, Oxford University Press, 1990, pp. 123-125; David Brion Davis, *Slavery and Human Progress*, Nova York, Oxford University Press, 1986, pp. 21-22 e 42-43.

¹¹ Verger, *Fluxo e refluxo*, p. 245.

¹² Snelgrave, *A New Account*, pp. 11-12, narra como os invasores daomeanos, em 1727, matavam e comiam, entre gracejos, as pítons sagradas de Ajudá.

¹³ A. Le Hérisse, *L'Ancien Royaume de Dahomey: moeurs, religion, histoire*, Paris, Larose, 1911, pp. 102-103, 110 e 243.

¹⁴ Edna G. Bay, *Wives of the Leopard: Gender, Politics, and Culture in the Kingdom of Dahomey*, Charlottesville, University of Virginia Pres, 1998, p. 62.

no texto de Oliveira Mendes. Suspeito, por isso, que a Cobra Grande do nosso autor seria um outro vodum do grupo Dan, Aïdo Huedo, a serpente-arco-íris, que comanda as qualidades dinâmicas da vida – tudo o que é flexibilidade e movimento – e que, tido como o primeiro a ser criado, e como aquele que, ao enrolar-se ao redor do mundo, o mantém íntegro e unido, era um deus de grande culto em Abomé.¹⁵ Nos seus dois breves parágrafos sobre Dabai, Oliveira Mendes nos diz que essa grande cobra era diferente de todas as outras serpentes e “adorada em simulacro”, isto é – leio –, não em sua forma viva, de jibóia, como Dangbe, em Ajudá. Diz mais: que a “viam coroada”, o que arrisco a sugerir que se confundissem com coroa os dois chifres que ornam a cabeça de Dan Aïdo Huedo.

Logo em seguida, Oliveira Mendes, alude a rituais ligados à lua, ou seja, possivelmente, a Maú (ou Mawu), a principal divindade daomeana, juntamente com seu irmão gêmeo e esposo, Lisa, que se mostra no sol. E passa, sem pausa, a nos falar da veneração pelas onças ou tigres.

Ou ele ouviu mal, ou aceitou sem maior exame fantasias sobre os leopardos. O que talvez não lhe tenham contado é que Agasu (ou Agassu), o fundador da estirpe real daomeana, era tido por filho de um leopardo com uma princesa de Tadô, Aligbonu, e que, por isso, o felino era o *tohuio* (*toxuio* ou *tohwiyo*) ou totem do clã real, além de um grande vodum, Kpo.

De que, no Daomé, cada pessoa, além de cultuar os numerosos voduns ligados à natureza, tinha seu vodum pessoal (fetiche é a palavra que ele emprega), deram-se conta os viajantes, desde Olfert Dapper, no século XVII. Oliveira Mendes os confirma, bem como que os daomeanos veneravam, particular e coletivamente, o vodum que fundara o seu clã e os seus antepassados divinizados.

Não dava, em pouco mais de três páginas, para fazer sequer um resumo do complexo universo religioso dos fons, nem julgo que nosso

¹⁵ Ver Melville J. Herskovits, *Dahomey: An Ancient West African Kingdom*, Nova York, J. J. Agustin Publishers, 1938, vol. II, pp. 245-255; Paul Mercier, “The Fon of Dahomey”, in D. Forde (org.), *African Worlds* (Londres, Oxford University Press, 1954), p. 220; e Edna G. Bay, *Asen: Iron Altars of the Fon People of Benin*, Atlanta, Emory University Museum of Art and Archaeology, 1985, pp. 18-19.

autor tivesse nisso maior interesse. Para Oliveira Mendes, as crenças desses deviam ser tão absurdas quanto as dos cristãos para os daomeanos. Difíceis de aceitar e, ainda mais, de descrever e explicar. Além disso, não deixou de sombrear com sua experiência brasileira o que lhe contaram do Daomé. Põe, por exemplo, na boca dos daomeanos, ao tratar dos amuletos, palavras que esses não empregavam, mas eram de uso no Brasil. Assim, “patuá”; assim “calundu”; assim, “mandinga”. Atribui também a eles o uso de termos como “saruê”, “canjica”, “pamonha”, “aluá”, “pipoca”, “fubá”, “tanga” ou “cumbuca”. “Patuá”, no entanto, teria origem tupi, segundo Antenor Nascentes, e tupi seriam “saruê”, “pamonha”, “pipoca” e “cumbuca”. Já “calundu” é um termo quicongo e quimbundo, do mesmo modo que “canjica”, “fubá” e “tanga”. “Aluá” pode vir do quimbundo ualuá (*walwa*) ou do hauçá *àlewà*.¹⁶

O chamar-se um grigri de “bolsa de mandinga” defluiria (como Oliveira Mendes afirma em nota) do fato de terem sido os islamitas, especialmente os mandês, mandingas ou malinquês, mestres de seu fabrico e difusores de seu uso na África Ocidental. Deixa, aliás, claro o nosso autor que a sua “bolsa de mandinga” nem sempre era um grigri muçulmano: podia conter outras coisas que não versículos do Alcorão. E acrescenta que havia uma enorme variedade do que denomina “calundus”. Entre os daomeanos, os amuletos não se restringiam a saquinhos de couro que se penduravam ao pescoço, prendiam aos braços ou se cosiam às roupas. Amuleto era também uma cordinha de rafia que se amarrava de modo especial ao braço esquerdo. Ou um pequeno pedaço de pau pontudo, com uma cabeça esculpida na parte superior, e envolto num entrancado de fibra e cabelo, que se usava à cintura. Ou isto, ou aquilo, ou o que mais. Quem quiser ter uma primeira idéia da riqueza de tipos dos objetos de força a que os fons chamavam *bo* (também se grafava *mbo*) e que deu o nosso “ebó”, que leia e veja o que Melville J. Herskovits pôs no capítulo que dedicou ao assunto no seu livro clássico sobre o Daomé.¹⁷

O sumo sacerdote a que se refere Oliveira Mendes era provavelmente o *agasunô* (ou *agasunon*), responsável pelo culto a Agasu. Usava

¹⁶ Ver Yeda Pessoa de Castro, *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001.

¹⁷ Herskovits, *Dahomey*, vol. II, pp. 256-288.

ele, como os outros bem situados na vida, um pano longo e largo jogado sobre o ombro esquerdo e enrolado por baixo do braço direito, que deixava livre, e, por baixo dessa espécie de toga romana, vestia um camisão de mangas largas e uma espécie de ceroulas frouxas. O que não fica claro no texto é que o *agasunô* era a única pessoa em todo o Daomé que, além do rei (*dadá* ou *ahosu*), podia andar calçada e que, ademais, tinha precedência ritual em relação ao soberano.¹⁸ Tanto assim, que, na presença do *agasunô*, o rei devia tirar as sandálias e prosternar-se.¹⁹

Após referir-se aos outros sacerdotes como voduns, em vez de vodunôs (ou *vodunon*), à reclusão dos que se iniciavam no convívio com os deuses e às oferendas sangrentas que que estes recebiam, Oliveira Mendes detém-se nos chamados “costumes” (*huetanu* ou *xuetanu*), que, em homenagem aos antepassados reais, deviam realizar-se todos os anos, na ampla praça triangular, Singboji, defronte ao palácio de Abomé (“Bome” no texto). Grande exibição de riqueza e poder, a festividade estendia-se por vários dias, com o sacrifício de uma enorme quantidade de prisioneiros de guerra, escravos e animais. Como nos mostra Oliveira Mendes, durante os “costumes”, o rei recebia presentes de seus súditos e distribuía aos grandes dignitários bens de valor, inclusive escravos, e à multidão, tecidos, artigos de cobre, bebidas e búzios. Não há, contudo, menção, na literatura sobre o antigo Daomé, de que se alternassem anualmente os sacrifícios humanos e os sacrifícios de gado: animais e pessoas eram imolados em todos os *huetanus*.

No parágrafo em que trata de outras grandes cerimônias – como quando se procedia ao sepultamento definitivo de um rei e à instalação de seu sucessor (os chamados “grandes costumes”), quando se celebrava o soberano falecido e quando se lhe mandava recado –, lê-se claramente que eram “festividades com exceção dos sacrifícios”. Julgo que aqui o copista ou o próprio autor (caso seja de sua mão o manuscrito) descuidou-se e escreveu “exceção” em vez de “execução”. Pois em todas essas ocasiões havia oferendas humanas. O próprio Oliveira Mendes, um pouco adiante, nos contará como, no caso de desejar o rei enviar uma men-

¹⁸ Bay, *Wives of the Leopard*, p. 74.

¹⁹ Burton, *Mission to Gelele*, p. 206; Maurice Ahanhanzo Glélé, *Le Danxome: Du pouvoir aja à la nation fon*, Paris, Nubia, 1974, p. 66.

sagem a seu antecessor, ele a cochichava ao ouvido de quem, logo em seguida, mandava decapitar.

Seis décadas mais tarde, Richard Burton afirmaria que o casamento no Daomé era bastante complicado, mas não nos diz por quê, restringindo-se a fazer dele um esboço semelhante ao de Oliveira Mendes. Passado meio século, Le Hérissé e, vinte anos depois dele, Herskovits nos revelariam quão complexa era, na época em que a estudaram e, possivelmente, também antes, a instituição do casamento entre os daomeanos.²⁰ O antropólogo norte-americano contou 13 formas de matrimônio, ressaltando, porém, que em quase todas o casamento era um assunto entre linhagens e que os chefes de família ajustavam os matrimônios, ainda que com a aquiescência, ao que parece, dos que viriam a ser noivos. Se era um contrato, como registrou Oliveira Mendes, estava, no entanto, ao contrário do que ele escreveu, cercado de ritos religiosos. Desde o início, pela consulta a Fá sobre a compatibilidade do casal. No tipo de casamento, o *akwenusi*, descrito pelo nosso autor, podia ser demorado o noivado e cheio de obrigações para o nubente: este, devia prestar certos serviços ao futuro sogro e compensar economicamente a família, com dinheiro e presentes, pela cedência da moça. E a noiva só era levada para a casa do marido, depois de uma série de cerimônias religiosas, entre as quais se incluíam sacrifícios ao *tohui* do clã da jovem e ao *vodum* a que ela pertencia, uma nova consulta a Fá e uma bênção pela anciã responsável pelo culto dos ancestrais familiares. Na manhã seguinte, havia um outro rito: na presença dos parentes dos dois lados, o marido dava à esposa um novo nome.

Embora tivesse, da perspectiva do homem, sido obtida por “compra”, a mulher não se encontrava na completa dependência do esposo, pois continuava protegida por sua família. É bem verdade que os filhos, em quase todas as formas de matrimônio, eram incorporados à linhagem do marido, mas este não podia deles dispor a seu bel prazer nem, muito menos, vendê-los. O adultério e o seu castigo eram assuntos a ser tratados pelos chefes de linhagens. E, ao contrário do que recolheu Oliveira Mendes, cabia à mulher a iniciativa do divórcio. Um homem não podia

²⁰ Le Hérissé, *L'Ancien Royaume de Dahomey*, pp. 203-211; Herskovits, *Dahomey*, vol. II, pp. 301-333.

repudiar uma de suas esposas: quando insatisfeito, maltratava-a e a agredia, até que ela se decidisse a dele separar-se.

Oliveira Mendes esteve atento ao papel econômico da mulher casada. Não se reduzia ela, como escreveu Burton, a uma posição quase servil, mas ajudava decisivamente no sustento da família.²¹ Os seus ganhos nas atividades a que se dedicava (no cultivo de sua roça pessoal, como vendedora de comida ou oleira, por exemplo) não eram, contudo, controlados nem herdados pelos maridos.²² Possuíam elas patrimônio próprio e, em alguns casos, maior do que os dos seus homens.

Ao gizar as instituições políticas do Daomé, Oliveira Mendes não discrepa dos autores que escreveram sobre aquele reino, antes e logo depois dele: quase todos apresentam o princípio da primogenitura como regra na sucessão real, ainda que a força armada determinasse, em última análise, se a regra se cumpria ou era posta de lado.²³ Não perceberam eles que já seria praxe – afirmam as tradições que desde Huedgbadja (Ouegbaja ou Wegbaja)²⁴ e, portanto, da metade do século XVII – escolher o rei, entre os seus filhos, o herdeiro, o *vidaxó* (ou *vidaho*), que podia ser ou não o mais velho. É possível até que tenham traduzido *vidaxó*, que significa o “grande filho”, por primogênito.²⁵

Oliveira Mendes tinha um exemplo recente de como podiam ser violentas as sucessões em Abomé. Do mesmo modo que o padre Vicente Ferreira Pires, ele atribui o assassinato de Agonglo ao interesse que este manifestara de se converter ao catolicismo, motivo que um historiador contemporâneo, I. A. Akinjobin, não hesita em colocar entre as razões que determinaram a conjura contra o rei.²⁶

Os dois parágrafos seguintes são do maior interesse. Primeiro, porque o nosso autor é mais preciso do que o padre Ferreira Pires, ao indicar, não apenas que o primogênito, Anibabel, fora excluído da suces-

²¹ Burton, *A Mission to Gelele*, pp. 304-305.

²² Herskovits, *Dahomey*, vol. II, p. 337; Bay, *Wives of the Leopard*, p. 15.

²³ Norris, *Memoirs*, pp. 4-5; Dalzel, *The History of Dahomy*, p. 7; Pires, *Viagem de África*, p. 77; M'Leod, *A Voyage to Africa*, p. 39; Forbes, *Dahomey*, vol. I, p. 27; e, já no início do século XX, Le Hérisée, *L'Ancien Royaume*, p. 7.

²⁴ Glélé, *Le Danxomé*, p. 87.

²⁵ Como aventa Bay, *Wives of the Leopard*, p. 85.

²⁶ I. A. Akinjobin, *Dahomey and its Neighbours, 1708-1818*, Cambridge, Cambridge University Press, 1967, pp. 185-186.

são por “ser aleijado de um pé”, mas qual a natureza desse defeito: tinha um dedo acavalado, “levantado e revirado para cima”, pormenor que também seria mencionado, posteriormente, por John M’Leod.²⁷ Segundo, por nos revelar que o irmão rebelde, Dogan, que tentara empolgar o poder, morreu queimado dentro da casa onde se refugiara.

Oliveira Mendes estava bem informado sobre os palácios do rei, embora esses fossem provavelmente mais do que quatro – o rei Agaja tinha sete, conforme ele próprio declarou na carta que teria ditado a Jorge I da Inglaterra²⁸ – e cada um deles pudesse ter mais de duas ou três portas. Apresenta-nos Cana, Calamina ou Calmina como a residência habitual do *dadá* – e há indícios de que então fosse a sua verdadeira capital política²⁹ –, mas deixa claro que Abomé era o grande centro ritual, onde estavam os túmulos dos soberanos, e, ao dizer que estes eram aclamados em Aladá, fazia eco ao fato de que, senhor do poder, um novo rei devia deslocar-se até aquela cidade, a fim de cumprir os ritos de entronização.³⁰

O palácio era um mundo feminino, onde se tinham por únicas exceções o rei e alguns eunucos. O serralho era, portanto, a essência dele. Oliveira Mendes anota com justeza que, no meio daquelas que lá viviam, figuravam as esposas sobreviventes dos soberanos anteriores, que se tornavam mulheres do novo rei. Confunde, porém, com um cônjuge do rei a figura da *kpojito* ou “rainha-mãe”, que era escolhida pelo novo *dadá* entre as esposas de seu pai ou antecessor, para com ele dividir simbolicamente o poder.

Num texto quase sempre conciso, chega à beira das minúcias a sua descrição, numa nota de pé de página, de como os daomeanos construíam as suas casas, de como era a técnica de sopapo e de como tornavam mais sólido o barro, adicionando-lhe, reduzida a farelo, a matéria dos termiteiros. Desse modo, podiam fazer casas assobradadas.

²⁷ Pires, *Viagem à África*, p. 77-78; M’Leod, *A Voyage to Africa*, pp. 39-40.

²⁸ Robin Law, “Further Light on Bulfinch Lamb and the “Emperor of Pawpaw”: King Agaja of Dahomey’s Letter to King George I of England, 1726”, *History in Africa*, nº 17 (1990), p. 217.

²⁹ Norris, *Memoirs*, pp. 16, 83 e 92; Dalzel, *The History of Dahomey*, p. XX; Pires, *Viagem de África*, p. 45; Bay, *Wives of the Leopard*, pp. 117-118.

³⁰ Como mostrou Robin Law, *The Kingdom of Allada*, Leiden, Research School CNWS/School of Asian, African and Amerindian Studies, 1997, pp. 123-124.

Noutras notas de pé de página, Oliveira Mendes nos descreve os tipos de leito usados na terra, os suplícios que sofriam as mulheres adúlteras do rei e nos conta que membros da linhagem real, vencidos em conflito, eram vendidos como escravos ao Brasil e que, no Brasil, alguns se arrogavam — a informação é importante — a condição de príncipes.

A descrição do sepultamento do rei não diverge de outras que conhecemos, exceto quanto aos acompanhantes do *dadá* em seu túmulo. Oliveira Mendes os reduz a quatro e chega até a suspeitar que esses dignitários não seriam sepultados com o morto. O padre Ferreira Pires conta, certos, 50 homens e 80 mulheres, e enterra muito mais gente com o rei.³¹

Tampouco se afasta de outros relatos o que nos faz Oliveira Mendes de como o rei dispunha dos cativos obtidos na guerra. E coincide com o que sabemos a sua relação de altos funcionários do estado daomeano. O seu *mezé* é o *meú*; o seu *mingá*, o *mingan*; o *avogá*, o *yovogan*; e o *cacao*, o *kakao*. Os seus embaixadores aparecem como os conhecemos, com a metade da cabeça raspada e a carregar o bastão de recado (ou *récade*) do rei, para dar fé de que são deste as palavras que saem de suas bocas. Como o nosso autor lhes chama *larins*, eles chegam até nós, em seu texto, com o nome que tinham em Oiô, *ilari*, ou com o derivado em fon, *lari* ou *lali*, em vez de *leguedé* (ou *legede*), como eram conhecidos esses mensageiros e espiões no Daomé.

No Daomé não havia nobreza hereditária, informa com razão o nosso autor. A única aristocracia era a linhagem real, quase sempre afastada do poder. A sociedade e o estado daomeanos eram meritocráticos. Qualquer pessoa, por seus serviços, podia tornar-se um cabeceira, ser alçado aos mais altos cargos e deles cair de um momento para outro. Oliveira Mendes atribui, aliás, à previsibilidade da recompensa e à certeza do castigo o ambiente de segurança que prevalecia no Daomé e que foi motivo de surpresa para tantos europeus: não só as casas não necessitavam de trancas, como se podia viajar com segurança de uma aldeia a outra.

O nosso baiano detém-se sobre as comidas, sobre as enfermidades próprias da terra e seu tratamento. Especialmente curiosa é a nota sobre

³¹ Pires, *Viagem*, pp. 74-75.

o verme-da-guiné e sobre o bicho-do-pé, provavelmente levado do Brasil para a África. Chama aos curandeiros “bocós” e, se leio bem, deu ao médico tradicional o nome do sacerdote ou adivinho de Fá, o *boko*, *boconô*, *bokónò* ou *bokonon*.

Algumas vezes, portanto, informou certo com a palavra errada. Ao tratar da moeda corrente no Daomé, afirma com razão que era o búzio e lhe dá como sinônimo zimbo, o que seria válido para o Congo e Angola, mas não para o Daomé e os outros reinos e cidades-estado da África Ocidental. No Daomé, a concha que servia de moeda era o cauri, sobretudo a espécie *Cypraea moneta* das Maldivas. O zimbo (ou, em quicongo, *nzimbu*) era um outro molusco, *Olivella nana*, abundante principalmente na ilha de Luanda, mas também existente nos litorais do sul da Bahia.

Sendo muito reduzido o valor de um cauri, utilizavam-no, depois de perfurado, em enfiadas de 40 unidades ou “toques”, como consta do texto de Oliveira Mendes. As suas “galinhas” são também formadas por cinco toques ou 200 conchas. Mas compõem a sua “cabeça” somente cinco galinhas ou mil búzios, em vez das 10 galinhas da cabeça pequena e das 20 da cabeça grande dos demais autores, uma relação de valor que parece ter sido constante durante quatro séculos.³²

Na *Memória* de que cuidamos leio que as filhas dos reis eram chamadas *cofiz*. Assim ouviu Oliveira Mendes o que saiu da boca de seus informantes: *ahovi*, que significa filha do rei, ou, penso melhor, *ahosi*, esposa do rei, pois o resto do parágrafo me encaminha para essa interpretação. As princesas daomeanas não se mantinham virgens; não só se casavam, mas desfrutavam de ampla liberdade sexual, podendo escolher e descartar os seus parceiros. Quando deles tinham filhos, estes lhe pertenciam e à sua linhagem e não, como de regra na sociedade daomeana, à estirpe paterna. Já aos milhares de mulheres que viviam no palácio e que recebiam o nome de *ahosi*, e mesmo àquelas, as mais numerosas, que eram apenas servidoras e jamais partilharam o leito do *dadá*, vedava-se, sob pena de morte, qualquer envolvimento amoroso,

³² Jan Hogendorn e Marion Johnson, *The Shell Money of the Slave Trade*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986; Robin Law, *The Slave Coast of West Africa, 1550-1750: The Impact of the Atlantic Slave Trade on an African Society*, Oxford, Clarendon Press, 1991, p. 49, n. 93.

exceto com o rei. Era para serem *ahosis* que os cabeceiras e os homens ricos ofereciam as suas filhas. Mas as princesas ou *ahovis* tinham, sim, como entendeu Oliveira Mendes, uma mulher, escolhida dentre elas, que as governava. O seu título, porém, não era vodúnsi, embora pudesse também tê-lo, por ser filha de santo. Chamavam-na *na daho* e dirimia as disputas entre príncipes e princesas e supervisionava os matrimônios destas últimas.³³

Ao pôr o ponto final no último parágrafo, fico com o sentimento de que se me impunha reler mais uma vez a *Memória* sobre o Daomé escrita por Oliveira Mendes. Ainda haveria muito o que ressaltar ou comentar, sem esquecer jamais que ele a compôs com o que fragmentariamente lhe contaram. Repito que nunca foi ao Daomé e, há muitos anos, morava em Lisboa, longe da pátria. Em alguns casos, seus informantes, para se fazerem melhor entendidos, usaram palavras de curso comum no Brasil, muitas das quais conhecia, pois as empregou na sua *Memória* de 1793 sobre as enfermidades africanas. Em outros momentos, fossem essas palavras fons ou não, escreveu-as como soube e pôde em português. Tiveram dificuldades semelhantes para representar as sonoridades fons em escrita inglesa e francesa os que antes e depois dele relataram o que viram e viveram no Daomé, e tanto assim que só raramente coincidem na grafia.

Alguém me perdoará, por isso, o não ter conseguido colocar no mapa o palácio de Gená, nem ter sabido mais do que nos diz Oliveira Mendes sobre os *tanglitós*, e me esclarecerá se a palavra “gamarra”, no fim do século XVIII, também se aplicava a um tipo de manto. Em troca, mando-lhe este aceno de adeus: o nosso baiano, na nota de pé de página em que enumera os instrumentos musicais do Daomé, entre eles incluiu o pandeiro. Não era o pandeiro então usado pelos naturais daquela parte da África, onde chegou na bagagem dos ex-escravos retornados do Brasil.

³³ Bay, *Wives of the Leopard*, pp. 52-53.